

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS

RODRIGO MELLO DE MORAES PIMENTA

**VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM-SE OS DEDOS: A EDUCAÇÃO DA  
MOCIDADE E A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA NAS OBRAS DE LUIS  
ANTÔNIO VERNEY, MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E  
PROENÇA E ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES**

VITÓRIA  
2015

RODRIGO MELLO DE MORAES PIMENTA

**VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM-SE OS DEDOS: A EDUCAÇÃO DA  
MOCIDADE E A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA NAS OBRAS DE LUIS  
ANTÔNIO VERNEY, MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E  
PROENÇA E ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Orientador: Dr. Júlio Bentivoglio.

VITÓRIA  
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

P644v Pimenta, Rodrigo Mello de Moraes, 1977-  
Vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luis Antônio Verney, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e Antônio Nunes Ribeiro Sanches/ Rodrigo Mello de Moraes Pimenta. – 2015.  
102 f. : il.

Orientador: Julio Bentivoglio.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Modernidade. 2. Educação - História. 3. Discursos, alocações, etc. 4. Imagens, ilustrações, etc. como recursos de informação – Portugal. 5. Iluminismo – Portugal. 6. Portugal – História – 1750-1777. I. Bentivoglio, Julio César. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

RODRIGO MELLO DE MORAES PIMENTA

**VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM-SE OS DEDOS: A EDUCAÇÃO DA MOCIDADE E A  
ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA NAS OBRAS DE LUIS ANTÔNIO VERNEY,  
MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E PROENÇA E ANTÔNIO NUNES  
RIBEIRO SANCHES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em        de        de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio

Orientador

Universidade Fed. Do Espírito Santo - ES

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Andreia Lisly

Membro Titular

Universidade Fed. de Ouro Preto - MG

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Juçara Luzia Leite

Membro Titular

Universidade Fed. do Espírito Santo - ES

---

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos

Membro Suplente

Universidade Fed. do Espírito Santo - ES

*Dedico este trabalho ao meu poder superior que me direcionou até aqui, a minha esposa Satina que por tudo passou para me apoiar e com certeza sem ela eu não seria o que sou, ao meu filho Knauê que é a razão de meu viver e ao meu Pai Edson por ter me mostrado a luz quando tudo era escuridão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Quando penso a quem agradecer me vem à cabeça uma lista de pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram na concretização deste objetivo, a todos eles fica meu muito obrigado. No entanto não posso deixar de agradecer especialmente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Campos e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Merlo, pois, quando estava há 12 anos perdido em meio às atividades de ensino me receberam em seu laboratório e acreditaram em minha capacidade. A realização deste trabalho é a prova de que elas estavam certas.

Agradeço especialmente a meu orientador Júlio Bentivoglio que por dois momentos, difíceis, ao longo do processo, me apoiou e me entendeu incondicionalmente. Não fosse todo seu discernimento a conclusão deste trabalho se tornaria impossível. Além disso, a ele devo também um norte intelectual para esse trabalho e a confiança em mim depositada.

Agradeço a meu Orixá Ogum, dono dos caminhos, que foi quem me direcionou e me fez chegar onde cheguei, mudando por completo os rumos de minha vida. Agradeço também à minha família, principalmente minha esposa Satina Mello que não tenho nem palavras para descrever o quanto sou grato e devo a ela por mais este ciclo de minha vida e carreira que se completam. Ao meu filho Knauê, que renova minha motivação por viver a cada instante com seus sorrisos e gargalhadas, a minha mãe que me deu a vida e sempre fez de tudo por mim e ao meu pai Edson Fernandes, que por também ser meu zelador espiritual, foi um dos agentes da grande transformação na minha vida que sem a qual eu não chegaria até aqui.

Agradeço muito a todos os meus colegas de trabalho e grupo de pesquisa, principalmente Leonardo Veloso pelos momentos de conversa e desabafo, Rozimery e Bruno Nascimento, que leram, compartilharam, opinaram, discutiram e fizeram parte de maneira intensa e profunda da realização do mesmo.

*“Ideais de progresso e valorização da razão, expressos na dicotomia civilização e barbárie. No mundo ibérico, tais ideias foram assimiladas de forma singular. O motivo mais saliente parece ser o não rompimento, nem mesmo por parte dos autores e estadistas que se auto intitulavam ilustrados – Pombal e os estrangeirados -, com o catolicismo.”*

*Beatriz Helena Domingues*

## **RESUMO**

Esse trabalho aborda o advento do Iluminismo e seu significado como um movimento plural associado às modernidades europeias com foco em Portugal. Para corroborar tal pluralidade analisou-se o caso, da chamada, modernidade ilustrada portuguesa e seu ideário político, ambos marcados de maneira substancial pelo pensamento católico da Contra Reforma. Dentro desse contexto, novos discursos mudaram a roupagem da linguagem e do ideário político português, caracterizando dessa forma o esforço intelectual de manutenção do *status quo* que consubstanciou a Ilustração católica portuguesa. Para constatar a recorrência de uma ilustração católica portuguesa tomaram-se como objeto de investigação as obras sobre educação em Portugal, publicadas no século XVIII, que são: *Apontamentos sobre a Educação de hum menino nobre* de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1734), *Verdadeiro método de estudar* do padre Luis Antônio Verney (1746) e *Cartas para Educação da mocidade* de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1760).

**Palavras chave:** Modernidade; Reformas Pombalinas; Ilustração católica portuguesa.



## **ABSTRACT**

This work approaches the development of the Enlightenment and its meaning as a plural movement associated to the European varieties of “Modernities”. In order to corroborate this plurality, we analyzed the context of the so-called Portuguese Enlightened Modernity and its political set of ideas, both profoundly marked by the Counter-Reformation catholic thinking. Within this context, new discourses changed the aspect of the Portuguese political language and set of ideas, characterizing thus the intellectual effort to maintain the *status quo* that embodied the Portuguese Catholic Illustration. To confirm the happening of a Portuguese Catholic Illustration, the following works on the education in Portugal, published during the 18<sup>th</sup> century, were took as objects of analysis: *Apontamentos sobre a Educação de hum menino nobre* (1734), by Martinho de Mendonça de Pina e Proença, *Verdadeiro método de estudar* (1746), by father Luis Antônio Verney, and *Cartas para Educação da mocidade* (1760), by Antônio Nunes Ribeiro Sanches.

**Keywords:** Modernity; Pombal Reform; Portuguese Catholic Illustration.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

- Figura 1:** Apontamentos para à Educação de hum Menino Nobre, por Martinho de Mendonça Pina e Proença, 1784, original na Biblioteca Nacional, em Lisboa.....49
- Figura 2:** Pe. Luis Antônio Verney (1713 – 1792).....54
- Figura 3:** Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783) .....73

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I: .....	21
AS <i>LUZES</i> EM PORTUGAL.....	21
<b>1.1 – Atraso Ibérico ou Ilustração Católica?</b> .....	22
<b>1.2 – O Período Pombalino e as Reformas</b> .....	31
<b>1.3 – Direcionamento Intelectual Ilustrado Católico e a Reforma de 1759.</b> ....	40
CAPÍTULO II: .....	45
PORTUGUÊS MODERNO OU ANTIGO MODERNIZADO? .....	45
<b>2.1 – Sobre o Ensino e suas obras de referência</b> .....	46
<b>2.2 – Proença e seus <i>apontamentos para educação de um menino nobre</i></b> .....	49
<b>2.3 – Verney e o <i>Verdadeiro Método de Estudar</i></b> . ....	53
<b>2.4 – Modernizar é preciso</b> .....	56
<b>2.5 – Educação, instrução e ensino: ambiguidades e ferramentas políticas.</b> 60	
CAPÍTULO III: .....	72
OS FRUTOS DA REFORMA.....	72
<b>3.1 – As cartas que não eram náuticas</b> .....	76
<b>3.2 – Mais do mesmo: as velhas ideias</b> .....	80
<b>3.3 – Vão-se os anéis, ficam-se os dedos...</b> .....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	90
FONTES IMPRESSAS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	98

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar o advento do reformismo ilustrado português e seu significado como um movimento associado às modernidades europeias. Para tanto há de se realizar uma discussão historiográfica acerca dessas modernidades e dos *iluminismos* que marcaram o século XVIII europeu e, ao mesmo tempo, definir as bases que permitiram a compreensão da nova perspectiva de ensino nas luzes. Nesse sentido, vale destacar que para compreender melhor o Iluminismo, não se deve entendê-lo de maneira simplificada e reducionista, linear e único, mas com desdobramentos multifacetados e decorrentes de modernidades que possuem, não só leituras diversas, diretamente ligadas a realidades culturais específicas, como práticas, que eram recorrentes em meio à diversidade europeia.

A partir do último quartel do século XX houve uma mudança na maneira de tratamento do Iluminismo como conceito e movimento intelectual. Estudos recentes apontam que o Iluminismo não pode ser interpretado da mesma forma em todo continente europeu, mas de maneiras diversas e levando-se em conta, as temporalidades que não devem ser estanques.<sup>1</sup> Portanto, ele se apresentou distinto, configurando-se em uma série de discussões, contestações e articulações de ideias que sofreram processos de adequação tanto nas esferas individuais – sendo apropriadas em distintos discursos e opiniões de filósofos – quanto nas coletivas – adaptando-se as tradições culturais partilhadas por grupos de pessoas. Nesse sentido, o historiador Flávio Rey de Carvalho afirma:

A discussão desenvolvida aponta para o aspecto limitador e contraditório a adoção acrítica de modelos interpretativos reducionistas, que tentam simplificar e homogeneizar contextos culturais complexos, por meio da seleção, do reforço e da aglutinação de alguns aspectos em detrimento de outros. Do exposto, fica difícil aceitar a ideia de ter existido um único Iluminismo como a legada pela historiografia do século XIX<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Alguns estudos neste sentido são muito esclarecedores. Cf. Richard Morse, Beatriz Helena Domingues, João Adolfo Hansen e Flávio Rey de Carvalho entre outros afirmam que o que ocorreu não fora um atraso português, e sim a produção de um esforço pautado na especificidade cultural.

<sup>2</sup> CARVALHO, 2010, p.33.

Corroborando essa perspectiva de múltiplos iluminismos a historiadora Emília Viotti da Costa<sup>3</sup> critica duramente o modelo interpretativo do Iluminismo:

O iluminismo é uma invenção. Uma invenção de intelectuais, sobre intelectuais, para intelectuais, um conceito criado por intelectuais do século XVIII que é mantido vivo por sucessivas gerações de intelectuais<sup>4</sup>.

Além disso, não podemos discutir os Iluminismos sem tratar da questão das modernidades. Existem diversas caracterizações e momentos da chamada modernidade que se relacionam com as maneiras e práticas, cujo termo foi mobilizado pelos sujeitos históricos. Hans Ulrich Gumbrecht afirma:

Como cascata, estes conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa sequência extremamente veloz, mas, retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como os seus efeitos se acumulam e como interferem mutuamente numa dimensão (difícil de descrever) de simultaneidade<sup>5</sup>.

No início da Idade Moderna, a modernidade que estava em voga era a da Renascença, marcada pelas grandes navegações e pela formação dos Estados Nacionais, processos capitaneados por Portugal. Diversas mudanças estavam se processando no mundo europeu, junto com ele a maneira de pensar e agir do homem, além das formas em que o conhecimento era disseminado e principalmente depois da invenção de Johannes Gutenberg (1398 – 1468): a imprensa. Coexistiu nesse período a modernidade da Renascença<sup>6</sup> e a modernidade epistemológica<sup>7</sup> em que essa se difere daquela pelo fato do homem passar observar também a realidade que o cerca, ou seja, passa a existir uma subjetividade auto reflexiva que marcou certo clima de opinião advindo dos Iluminismos.

Tais transformações que marcaram a Europa a partir do século XVIII permitiram o surgimento de novas linguagens políticas ao lado de novos textos relacionados com novos modos de pensar e ensinar, inerentes à interpretação das Luzes.

<sup>3</sup> COSTA, 1990 pp. 31-45.

<sup>4</sup> Idem, p. 34.

<sup>5</sup> GUMBRECHT, 1998, p. 9.

<sup>6</sup> Conceito desenvolvido por Hans U. Gumbrecht, em Modernização dos sentidos, ao definir as variadas formas que as modernidades se apresentam na Europa afirmando inclusive que estas se sobrepunham como "cascatas".

<sup>7</sup> Idem.

Para compreender como as referidas transformações desdobraram-se na realidade intelectual e política portuguesa será necessário tratar especificamente da modernidade ibérica e do ideário político português, marcados de maneira substancial pelo pensamento católico da Contra Reforma de maneira específica. Dentro desse contexto, destaca-se a figura do Marquês de Pombal, assim como suas aproximações e divergências com aqueles que até 1759 eram os responsáveis pelo direcionamento intelectual e pelas formulações do pensamento político no Império português, em especial, os jesuítas, afinal esses não foram os únicos perseguidos pelo Estado Português na tentativa de consolidar uma interpretação despótica esclarecida do Iluminismo católico, como veremos mais adiante.

Neste sentido, deve-se levar em consideração que passaram a surgir diversas denominações para formas diferentes de interpretar a nova realidade dos Setecentos, ou seja, o Iluminismo. Compreendido como um novo contexto social do pensamento europeu que produziu expressões como *Lumériés* na França, *Aufklärung* na Alemanha, *Enlightment* na Inglaterra. Em Portugal, assim como em diversas outras nações europeias, a intelectualidade interpretou também essa nova realidade. No entanto, a especificidade do ideário político e intelectual católico levou Portugal a enveredar-se por uma Ilustração católica, influenciada pelo ecletismo que concatenou o neotomismo<sup>8</sup> com as ideias de Locke. O caso português será tratado mais especificamente por ser uma das ferramentas primordiais para compreensão de nosso trabalho.

Independentemente dessa discussão sobre a pluralidade acerca do Iluminismo e da modernidade, algumas características são marcantes nesses movimentos intelectuais e culturais que definem profundamente o recorte temporal que se estendeu do século XIII

---

<sup>8</sup> Tentativa de fazer renascer o tomismo, o sistema filosófico de São Tomás de Aquino, no seio da modernidade. O neotomismo pretende manter, no fundamental, todas as características atribuídas à filosofia tomista, que considera representar o ponto mais elevado da escolástica medieval. Das teses tomistas destaca-se a tese mediadora da acesa problemática que ocupou a filosofia medieval, na tentativa de definir uma posição quanto ao problema do realismo e do nominalismo. A tese tomista inspirou-se em Aristóteles para defender que o género é real (realismo), mas que a substância primeira é o indivíduo (nominalismo), como individuação do género. Os neotomistas pretendem que o pensamento de São Tomás foi o ponto culminante do saber filosófico e daí o apelo para a necessidade de a ele retornar.

ao XVIII<sup>9</sup>, a busca por uma nova racionalidade e prática política que valorizasse a razão. Portugal sempre esteve envolvido nos acontecimentos do referido recorte, sendo que o século XVIII será o que se relacionará diretamente ao objeto inferencial deste trabalho, pois, na Corte e por intermédio do Estado, impulsionado pela hipotética tendência que objetivava a manutenção do *status quo*, surgem às ações implementadas por Pombal e D. José I, assim como em suas diretrizes administrativas que colocaram Portugal no ciclo das práticas modernas insurgentes na Europa. Os decretos acerca das reformas pombalinas do ensino, que serão tratadas ao longo dessa análise, foram um dos mecanismos que materializaram as referidas ideias ilustrando-as de maneira contundente.

Em meio aos embates ideológicos – por haver uma necessidade de adequar os discursos e os atos de fala<sup>10</sup> a uma conjuntura intelectual de contestação e superação do antigo por algo que fosse capaz de pautar as pretendidas novas práticas, modernas, que os intelectuais defendiam por meio de suas ideias – acredita-se ter surgido um novo conjunto de metas políticas. Para analisá-las teremos que utilizar também como ferramentas para análise, um conjunto de reflexões e ferramentas de trabalho, que permite analisar as fontes recortadas.

*Linguagens do ideário político* de John G. A. Pocock<sup>11</sup>, discute em profundidade sobre as novas e velhas linguagens que caracterizam o ideário político de uma época. Tomou-se por base à ideia defendida por ele e pelos contextualistas históricos, de que muitas vezes os próprios autores dos discursos em torno de reformas políticas não alcançam efetuar toda sua intenção. Por isso, a capacidade discursiva não deve ser levada a cabo com toda a eloquência, mas acompanhada da análise de todo o contexto que cerca os referidos discursos e dessa forma nos municiar de ferramentas que são capazes de compreender as mudanças que estão se processando e que ocorrem

<sup>9</sup> Este recorte temporal extenso foi destacado por entendermos que desde o advento do Humanismo (século XIII) até o surgimento dos Iluminismos (século XVIII) é que as já referidas modernidades surgiram de forma gradativa e passaram a se relacionar e a racionalidade passaram a marcar novas práticas políticas e maneiras do homem relacionar-se com si mesmo e com o mundo que o cerca..

<sup>10</sup> Maneira na qual os autores expõem suas ideias, inseridas em um contexto específico, de maneira que seja possível uma contra argumentação, caracterizando-se desta forma como uma das ferramentas de análise de uma linguagem específica de uma época e/ou recorte acerca de um tema ou ideia a ser discutida.

<sup>11</sup> Ibidem.

inicialmente no campo das ideias para só depois transbordar para o campo prático das reformas, vindo como desdobramento daquelas. Nas palavras de Pocock,

As novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções, a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem transformações na linguagem em uso, e é possível imaginar esse processo conduzindo a criação e à difusão de novas linguagens. (...) a criação de uma nova linguagem pode ter lugar na tentativa de manter a velha linguagem, não menos na tentativa de mudá-la <sup>12</sup>.

Para isso nos remetemos também a outras assertivas de J. G. A. Pocock ao ressaltar que o discurso não pode ser usado objetivando a desconstrução do recorte histórico que se pretende inferir, mas sim como parte integrante do sistema de linguagens para desta forma incluí-lo na reconstrução histórica de um determinado recorte, permitindo incluir também aqueles que proferem tais discursos como indivíduos concientes do que estavam fazendo e/ou pretendiam fazê-lo:

the term 'discourse' is not used here - as it may be and sometimes is - with the single purpose of 'deconstructing' history and reducing it to the modes of seeking and exercising power encoded within language systems, but rather is used with the aim of including that dimension in a history 'reconstructed' as the activity of language-using political creatures, deeply involved in what they were doing and seldom unaware of its ambivalences.<sup>13</sup>

Ou seja, nesse caminho, tornar-se-á possível atestar se a ilustração portuguesa consistiu em uma mudança na linguagem do ideário político, mudança necessária que efetivou o projeto de manutenção do *status quo* aristocrático oriundo das Reformas Pombalinas.

Ao tratar de linguagens do ideário político em Pocock, há de se analisar um conjunto de práticas que os intelectuais, políticos e homens versados comunicavam e transmitiam as ideias que acreditavam que deveriam ser colocadas em prática. No ponto de vista metodológico, estamos falando de elementos e ferramentas inerentes a uma tentativa de “relacionar a filosofia analítica com a linguística (...) voltar a linguagem ordinária para o centro das análises”<sup>14</sup> promovendo um certo retorno aos seus “aspectos semânticos e pragmáticos (...) e serviram como ponto de partida para que autores como Skinner

<sup>12</sup> POCOOCK, 2003, p.76.

<sup>13</sup> POCOOCK, 1993, p. 2.

<sup>14</sup> AMADEO, 2011, p.23.



pudessem recolocar a identidade histórica da Teoria Política”<sup>15</sup> cuja qual aquele autor é relativamente copartícipe.

Para Pocock,

a linguagem tinha sido um meio através do qual o autor havia adquirido e processado informações sobre a situação histórica, política e até material na qual vivia e estava agindo. Dessa maneira, ainda que boa parte do pensamento político tivesse sido linguagem de segunda ordem — o pensamento sobre a linguagem na qual a política era pensada, era possível ampliar este contexto para além da linguagem”<sup>16</sup>.

Desta forma desdobrando-se na concepção do conceito linguagem do ideário político.

Utilizando tais concepções desenvolvidas por Pocock é possível alcançar o ideário que estava por trás da linguagem utilizada num determinado recorte histórico, obtendo desta forma maneiras de compreender as intertextualidades através dos atos de fala e compreender melhor os discursos, percebendo as variações de ideias acerca de um determinado conceito, colaborando desta forma para uma melhor compreensão da história intelectual dos conceitos.

Além do exposto, deve-se ressaltar que a opção pela compreensão do método contextualista da escola inglesa de Cambridge, estabelece as bases desse estudo por compreender a linguagem como ferramenta importante capaz de ampliar o potencial do objeto inferencial, quando o campo de estudo são as ideias ou mais especificamente a História do Pensamento político, em Portugal dos séculos XVII e XVIII.

Desta forma, construiu-se o aporte teórico que permitiu lidar com as fontes objetivando compreender não somente a ilustração portuguesa com suas especificidades, mas, também, estudar o pensamento, o ideário político português acerca do conceito de Educação e Ensino – a partir de uma observação e análise das ideias e pensamentos políticos pertencentes à estrutura régia de ensino – as críticas ao método, aos jesuítas – encontrados em suas obras – para inferir sobre os avanços que pautaram as novas

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> POCOCK, 2012, p.197-198.

práticas modernas pretendidas pela coroa portuguesa a partir da metade do século XVIII.

Assim, buscou-se verificar se por meio das novas linguagens a ilustração portuguesa foi formadora de uma identidade política específica. Presume-se que o ideário político em questão objetivava uma manutenção do posicionamento aristocrático de forte caráter religioso. Isso pode ser constatado a partir dos estudos das obras *Apontamentos sobre a Educação de hum menino nobre* de Proença (1734), *Verdadeiro método de estudar* do padre Luis Antônio Verney (1746) e *Cartas para Educação da mocidade* de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1760).

Ao lidar com as referidas fontes, focou-se na linguagem e vocabulário, observados limitando-se a identificação do embate entre as novas e as velhas concepções, significados, e práticas ligadas ao ideário político, que permeavam a questão da formação dos indivíduos. Todas as observações foram trabalhadas de maneira conjunta com a análise das conjunturas do período cujas obras foram produzidas.

Ainda com base nas mesmas, realizou-se um levantamento de palavras que possuíssem significação para o objeto de pesquisa, preocupando-se com o recorte específico sobre o contexto e de maneira pormenorizada com seus significados. Para alcançar este objetivo, remetemo-nos aos Dicionários: *Vocabulário Portuguez & Latino* composto pelo padre D. Raphael Bluteau de 1712; *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, datado de 1789; e o *Dicionário de Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto redigido em 1832, para verificar as possíveis mudanças de significado com os mesmos significantes, auxiliando desta forma na percepção de indícios do surgimento de uma nova linguagem do ideário político no que tange a educação e a formação daqueles que fizeram parte do corpo político no recorte em questão. Neste sentido, observar-se-á palavras, utilizadas nos discursos e atos de fala que remetem a conceitos que facilitam de maneira mais evidente o referido embate entre as novas e as velhas concepções acerca da linguagem.

Além de trabalhar com as fontes selecionadas da forma já pormenorizada acima, as

obras também foram analisadas quanto aos seus significados para a Reforma Pombalina do Ensino, sua importância para o Reformismo Ilustrado português, e suas ideias centrais dialogando com as conjunturas portuguesas de sua produção, em meio aos seus discursos, quando procuravam instaurar novas ideias e novos significados.

Referenciar as ideias dos intelectuais portugueses e suas respectivas obras às ideias e conceitos do liberalismo, recorrente em outras regiões da Europa, também foi igualmente imprescindível para esse trabalho. Afinal, foi a partir disso que as assertivas foram viabilizadas a respeito da influência iluminista na Reforma Pombalina e, mais especificamente, o suposto processo de secularização do ensino promovido por D. José I e Pombal, que se pautaram nos princípios contidos nas obras que aqui são utilizadas como fontes.

Dessa forma foi possível identificar e selecionar um eixo central capaz de integrar os diálogos, e questionar a recorrência de inversões semânticas a cerca dos conceitos, ou seja, se houve ou não a formação de novos significados para os mesmos signos.

O que se seguirá foi reflexo de uma tentativa de sistematização dos resultados obtidos junto às fontes trabalhadas com intuito de verificar a existência de correntes de pensamentos no período em questão. Assim, o primeiro capítulo discorrerá sobre a institucionalização do debate da hipotética modernização ilustrada portuguesa, tendo enfoque nas discussões do que categorizou-se como embate entre antigos (jesuítas) e modernos (nova elite intelectual e política).

Já o segundo capítulo tratará das perspectivas apresentadas por dois dos três principais pensadores políticos-pedagógicos do que será denominado como primeira fase da ilustração católica portuguesa, Martinho Proença e Luis Antônio Verney. Apontando no discorrer do texto as principais críticas, propostas e adaptações realizadas pelos mesmos visando alcançar o objetivo da referida fase, qual seja, proposição ideológica da Ilustração em Portugal em detrimento do denominado, pelos intelectuais modernos, de modelo de ensino e política arcaizantes defendidos pelos jesuítas.

No terceiro e último capítulo abordar-se-á os apontamentos do terceiro intelectual de destaque no período compreendido como segunda fase da ilustração católica portuguesa, onde houve os desdobramentos práticos direcionados pela reforma ilustrada, tendo como referência Ribeiro Sanches, assim como o então gestor do governo português, o marquês de Pombal, apropriando-se das perspectivas desses pensadores visando o novo projeto político que fosse capaz de atender aos interesses mantenedores do *status quo* aristocrático que atendia aos interesses de uma aristocracia e fidalguia que sempre esteve atrelado aos projetos d Império, desde o início da época moderna e principalmente a partir do século XV quando no advindo das grandes navegações.

# CAPÍTULO I: AS LUZES EM PORTUGAL.

*“Os usos da expressão Ilustração católica apontam para a coexistência de práticas e princípios excludentes e mesmo contraditórios, como inovação e tradicionalismo, ateísmo e religião, empirismo e escolástica, liberdade democrática e subordinação absolutista.”*

*Beatriz Helena Domingues*

## 1.1 – Atraso Ibérico ou Ilustração Católica?

Muito se discute sobre a questão da inserção portuguesa às Luzes. Até meados do século XX o que vigorava era a ideia de que Portugal e o mundo ibérico como um todo, se colocavam em uma situação de atraso frente às mudanças que se processavam na Europa. No século XVIII, ser atrasado significava não estar colocando em curso as mesmas transformações que estavam em voga na França e na Inglaterra. E até mesmo a historiografia portuguesa interpretava a situação de Portugal no Setecentos como de um atraso intelectual, assim como os estrangeiros que tiveram suas obras utilizadas como fontes dessa pesquisa.

Essa perspectiva de atraso dava-se justamente pela compreensão do Iluminismo que até meados do século XX esteve em voga, ou seja, a compreensão simplista de haver apenas um único Iluminismo, e tudo que não estava enquadrado nesse modelo era visto como atraso ao progresso que estava em curso na Europa. Historiadores portugueses como Hernâni Cidade, ainda na primeira metade do século XX, levantam indagações sobre a questão da participação de Portugal no cenário moderno e na mudança de paradigma que marcou este período, mas além de pontual, era reconhecidamente difícil tal tarefa devido às especificidades que marcaram a sociedade e a cultura portuguesa do Setecentos<sup>17</sup>.

A superação da referida tendência de limitar por intermédio da adoção da ideia, no mínimo acrítica e reducionista que defende uma unidade das Luzes, foi definido pelo historiador brasileiro Flavio Rey de Carvalho da seguinte forma:

Diante da frequente exclusão de Portugal das sínteses historiográficas acerca do pensamento setecentista, alguns intelectuais portugueses criaram expressões diferenciadas que, frente ao reconhecimento da existência de algumas peculiaridades no caso o luso, possibilitassem a aceitação da recepção de certos fachos das 'Luzes do século' no país (...). Iluminismo Católico; Ecletismo; Ilustração de compromisso<sup>18</sup>.

Seguindo essa tendência, mas sem abandonar por completo a ideia de unidade das Luzes, o historiador português, Luís Cabral de Moncada, na virada da primeira para a

---

<sup>17</sup> Cf. CIDADE, 2005.

<sup>18</sup> CARVALHO, 2010, p. 34.

segunda metade do século XX ressaltou:

O chamado Iluminismo está longe de ser uno na Europa. Há, por assim dizer, vários Iluminismos nos diversos países europeus, nos quais, sobre uma unidade mais profunda de certas características comuns vieram instalar-se também muitas características próprias, provenientes de muitas diversidades culturais e de tradição de toda ordem (...) nos países católicos, e particularmente na Itália, Espanha e Portugal, menos adiantados na emancipação do pensamento moderno, manifestou-se ele de uma maneira diversa. (...) viu-se obrigado aí a pactuar com o Catolicismo<sup>19</sup>.

Todo o exposto advém da ideia de que durante o século XVIII, a Europa vivenciou um processo de modernização em suas práticas políticas, administrativas e ideológicas pautadas nas perspectivas Iluministas que construíram suas balizes em torno de conceitos fundamentais como os de liberdade, soberania e cidadania e não poderia ter sido Portugal uma exceção. A modernidade que promoveu mudanças e norteou o processo de transição nas relações entre as instituições, no Estado e em determinados setores da sociedade já vinha atingindo Portugal, que a partir de sua realidade politico-cultural marcadamente católica, inseriu-se na modernidade Renascentista de maneira específica.

Deve-se entender que diversos autores, como a historiadora brasileira Beatriz Domingues, entendem a modernidade como uma era de transformação vivida entre o Renascimento e o Iluminismo, como uma prévia para as Luzes no século XVIII.<sup>20</sup> Já Gumbrecht, apesar de analisá-las de forma diferente, também entende a modernidade como algo plural, ou seja, como realidades transpostas uma sobre a outra se inter-relacionando e produzindo especificidades<sup>21</sup>.

Ambas as perspectivas destacadas permitem compreender que as balizas dessa modernidade foram marcadas pela tônica da mudança e da modernização, ligadas a ideias e discursos que devem ser analisados de maneira contextualista para impedir a recorrência de anacronismos. Ao analisar ideias, principalmente políticas, deve se levar em consideração que o significado se confunde com a intenção do autor, uma ideia ou teoria acerca de algo só pode se dar “pela sua apreensão no interior do contexto em

<sup>19</sup> MONCADA op cit CARVALHO, 2010, p. 35.

<sup>20</sup> DOMINGUES, 1998, p. 196.

<sup>21</sup> GUMBRECHT, 1998, p. 18.

que foram produzidas”<sup>22</sup>. Nesse sentido, o contexto passa a ser determinante e o agente que nos permite aventar a possibilidade da elaboração de uma linha argumentativa favorável a interpretação de Ilustração Católica.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela formação de diversos contextos diferenciados que eram diretamente ligadas às múltiplas modernidades vivenciadas. Segundo José Carlos Reis (2006), foi justamente nesta conjuntura que houve um “reencantamento do mundo conciliando política e moral”<sup>23</sup>, que norteou a transformação do mundo, bem como da história que se viu convertida no alto Tribunal da Razão.

Em outras palavras, as modernidades tiveram tanto representações no campo das ideias quanto nas articulações com os Iluminismos (francês, inglês, espanhol, etc.) que, independente de quais fossem, trouxeram um novo paradigma para o homem, que passa a se ver como peça fundamental de uma civilização que deve ser universalizada assim como os seus princípios, pois, devemos entender, para melhor elucidar essa questão, que está se configurando uma a justaposição de diversas realidades e contextos diferenciados.

O fato é que a ideia de unidade do Iluminismo europeu não consegue alcançar todas as especificidades, contextos diferenciados, práticas e as diversidades culturais existentes na Europa. Considera-lo dessa forma é insuficiente e ao mesmo tempo exclui as singularidades e todo esforço intelectual, por exemplo, de Portugal e seus intelectuais de adequarem-se, à já mencionada mudança de paradigma que estava em curso. O Iluminismo e a modernidade da forma que foram compreendidos até fins do século XX devem ser vistos mais como uma mitologia de uma pretensa unidade e progresso da civilização europeia. Ou seja, o projeto moderno nessa perspectiva deve ser entendido como:

Profundamente otimista: crê na razão e em seu poder de sempre ver claro e de construir um mundo histórico-social segundo seus parâmetros. (...) considerada construção e realização da subjetividade universal, um processo racional, inteligível. Seu desfecho [na passagem do XVIII para o XIX] é previsível: a vitória da razão, que governa o mundo<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> JASMIN, 2006. p. 29.

<sup>23</sup> REIS, 2006, p.34.

<sup>24</sup> REIS, 2006, p. 68.



O que se ressalta e questiona é: a quem servia esta interpretação de pretensa unidade e progresso da civilização europeia? Qual a intenção desses que defendiam tal interpretação? No século XVIII esta ideia era muito conveniente àqueles que buscavam um melhor espaço ao “sol”, ou seja, a modernidade insurgente, que seria capaz inclusive de direcionar os rumos do que estava por vir. No entanto, havia contextos que não se enquadravam a esta modernidade artificialmente concebida como única e desta forma era necessário buscar mecanismos para que o fizessem, Portugal em meio a esses referidos contextos foi um dos casos peculiares.

Ao fazer parte do esforço de reequilibrar a relação entre a superfície material e a profundidade espiritual do significado, não somente os lusitanos como também a Itália, Espanha e as Américas geraram, segundo Gumbrecht, uma versão diferente do alto modernismo<sup>25</sup>, com ideias e interpretações predominantes. Explicado pelo fato de unirem o tradicional pensamento presente em seu ideário político atribuindo significado religioso às novas ideias atreladas ao pensamento moderno voltado para o material.

A compreensão dessa especificidade no campo das ideias e suas relações com o campo material se torna mais clara, quando nos reportamos a Richard Morse em *O espelho de Próspero* (1988), pois este considera que:

Como a Ibéria dos séculos XVII e XVIII não experimentava nenhuma situação interna revolucionária, religiosa ou política, os significados anteriores persistiram (...). Por isso encontramos pensadores tanto na Espanha (Campomanes 1723-1803) e em Portugal (Pombal 1699-1782) que se empenham no objetivo de harmonizar a tradição com o novo racionalismo, mas em cujo pensamento os vários elementos simplesmente coexistiam lado a lado<sup>26</sup>.

O religioso e a tradição representam a profundidade espiritual dos sentidos que devem equilibrar-se com a política, as questões de soberania e racionalidade. Com intuito de enriquecer essa perspectiva não linear da história da historiografia o historiador brasileiro Tiago de Mello Gomes faz uma referência a essa transformação vivida na Europa do século XVIII:

Marca um duro golpe no Antigo Regime historiográfico, isso não significa sua imediata aniquilação seguida de uma reconstrução total do ofício do historiador.

<sup>25</sup> GUMBRECHT, 1998, p. 18.

<sup>26</sup> MORSE, 1988, p. 73.

A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa do historiador.<sup>27</sup>

Ao mesmo tempo em que valoriza o religioso e a tradição portuguesa católica da conjuntura do século XVIII, “não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem”<sup>28</sup>, mas argumentar a favor de uma abordagem que valorizasse os elementos pré-modernos portugueses *in loco*.

Arno Mayer<sup>29</sup> segue em outra direção do que normalmente é enfatizado na historiografia acerca da conjuntura das transformações ocorridas na Europa do XVIII. Para Mayer inúmeros elementos não só sobreviveram às mudanças de paradigma, como chegaram ainda fortes e resistentes em 1914.

É possível, com isso, fundamentar a ideia de que o pioneirismo português, no processo de formação dos Estados nacionais e expansão marítima, o colocaram numa modernidade diferente, rompendo com as tradições dos séculos XV e XVI, já na conjuntura do século XVIII não fizeram o mesmo, apesar de aceitarem intelectualmente colher os frutos da racionalidade, cujas experiências estavam lhes trazendo novas expectativas e progresso.

A rigor as singularidades ibéricas tiveram início ainda na Idade Média e prosseguiram durante a Renascença. Segundo Maravall (1965), a Idade Média na Ibéria foi menos medieval no sentido pejorativo do termo: se as trevas existiram, elas foram menos sombrias lá. Desde o século VII a Ibéria foi caracterizada pela coexistência de judeus, muçulmanos e cristãos, e teve um precoce acesso aos escritos de Aristóteles no século XII, quando os mesmos ainda eram desconhecidos na Europa<sup>30</sup>.

Justificar tal fato é possível pela recorrência de uma modernidade política portuguesa precoce que não foi acompanhada por uma modernidade cultural e intelectual específica<sup>31</sup>, gerando um contexto que produziu práticas modernas diferenciadas.

<sup>27</sup> GOMES, 2006, p. 459.

<sup>28</sup> Idem, p. 15.

<sup>29</sup> MAYER, 1990.

<sup>30</sup> MORSE, 1988, p. 73.

<sup>31</sup> A partir dos estudos realizados percebe-se que no mundo Ibérico como um todo se desenvolveu uma modernidade que pode ser classificada muito mais como aristotélica tomista do que neoplatônica, ou seja, muito mais ligada ao racionalismo e cientificismo aristotélico muito mais ligado a lógica do que ligado ao conjunto de doutrinas e escolas de inspiração platônica que se desenvolveram a partir das interpretações de suas ideias feitas pelos intelectuais da Igreja Católica no período que se estendeu do

Quando desdobradas no século XVIII, em meio às conjunturas relacionadas à reformulação das Luzes e as transformações sociopolíticas, tais práticas, possivelmente, produziram uma especificidade portuguesa ligada diretamente a um Iluminismo Católico português que teve início antes do reinado de D. João V e se estendeu até o de D. Maria I. Tal período pode ser dividido em três fases: a primeira fase ocorreu no final do XVII e início do XVIII, focada no embate entre antigos e modernos, onde Proença e Verney – cujas obras são utilizadas como fontes nesse trabalho – foram os intelectuais que em muito colaboraram nesse embate; já a segunda se deu em meio as Reformas Pombalinas demeados do XVIII onde houve desdobramentos práticos do moderno tendo Ribeiro Sanches e Pombal como grandes nomes e executores das já mencionadas práticas; e finalmente a terceira fase no Reinado de D. Maria I mais focado nos aspectos artístico-culturais.

O fato é que, a opção de Portugal, significou a manutenção da primeira modernidade, ou seja, atônica portuguesa foi por uma renovação e adaptação da teologia e dos valores medievais marcantes na primeira modernidade – o antropocentrismo, o ideário político religioso e o despotismo – visando alcançar a manutenção do *status* aristocrático, o que, segundo Beatriz Domingues, “não implica na imagem de uma sociedade estática, estacionária”<sup>32</sup>. Para a autora, essa modernidade ibérica era diferenciada quando desdobrada em meados do século XVIII, e tinha suas conjunturas desenvolvidas de maneira intrínseca com a reformulação das Luzes, produzindo uma especificidade portuguesa relacionada com “a opção pela renovação da teologia e da epistemologia medievais, mais do que pela sua substituição”<sup>33</sup>, o que ocorreu então não foi um atraso, mas uma resposta ibérica a um

Contexto cultural europeu preciso que reagiu de forma diferente às novas ideias e movimentos emergentes a partir do Renascimento, particularmente à Reforma protestante e à Revolução científica, porque assumiu uma atitude singular em relação à tradição medieval<sup>34</sup>

---

século III ao VI direcionado pelos aspectos espirituais e cosmológicos do pensamento platônico, definido como neoplatonismo. Marcante nos escritos de Agostinho e Boaventura, os argumentos neoplatônicos, voltam a interessar aos intelectuais renascentistas.

<sup>32</sup> DOMINGUES, 1998, p. 197.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> DOMINGUES, 1998, p. 200.

A fundamentação desta linha argumentativa de Domingues é identificada em três fatores que ela julgou serem determinantes: o pioneirismo de formação de um Estado Nacional pelo estabelecimento de uma monarquia poderosa, a qual cooptou a burguesia ascendente; a ideia medieval de império que direcionou sua política externa; e a força do pensamento contra reformista advindo do Concílio de Trento. Além disso, concluiu que na modernidade medieval, a opção de Portugal, deve ser destacada pelo fato de que o desafio de tentar manter a primazia da escolástica e adaptá-la aos novos tempos foi condição *sine qua non*.

O exposto é questionável pelo simples fato de que os próprios jesuítas sempre estiveram imbuídos em modificar e modernizar o ensino, diversas características que constam na *Ratio Studiorum* foram modificadas e até mesmo exemplares do *Verdadeiro Método de Estudar* escrito por Verney foram encontrados nas bibliotecas dos seminários jesuíticos. Afirmar que não houve mudanças no ensino entre os séculos XVI e XVIII é uma visão simplista e uma abordagem no mínimo reducionista. O que se pode afirmar, é que ao se comparar essas com as propostas de modificação nos estudos do XVIII, é que aquelas não foram direcionadoras de uma reforma do sistema de ensino português tal qual as que se processaram no período pombalino, acima de tudo, foram via de uma nova modernidade específica que estava sendo processada.

Essa modernidade específica não foi estritamente lusa. O historiador Flavio Rey de Carvalho enquadra nesse cenário do iluminismo católico além de Portugal, Espanha, Itália e Áustria<sup>35</sup>. Para ele, é necessário destacar que tal nomenclatura foi usada pelo historiador português Luís Cabral de Moncada, ainda na primeira metade do século XX, para o pensamento na Itália e em Portugal. Carvalho utilizou esse conceito para definir uma especificidade onde as ideias iluministas se relacionam com os dogmas católicos de maneira harmônica<sup>36</sup>. Sua intenção, talvez, fosse mostrar relações das especificidades intelectuais iluministas portuguesas com a Italiana e de outras regiões que vivam as mesmas conjunturas com fortes traços religiosos católicos.

É necessário observar que a maioria dos Estados neste período apresentavam uma

---

<sup>35</sup> CARVALHO, 2010, p. 34.

<sup>36</sup> MONCADA, 1948, p. 83-126.

configuração social composta por uma média de 2% de clérigos, Portugal apresentava “em 1750 pouco menos de três milhões de habitantes, sendo que 200 mil eram do clero”<sup>37</sup>, ou seja, 6,7% da população. Esse número, deveras expressivo, ajuda a avaliar a força do catolicismo em pleno século das Luzes, além indicar o alcance de seu impacto no pensamento político do período. Pois em Portugal e no Brasil os referidos eram um braço administrativo do Estado, eles recebiam salários do Estado (a cômputo), emitiam registros paroquiais de terra (urbana e rural), realizavam os batismos, casamentos (documentos civis que eram usados em heranças e processos judiciais), e mediam valores para a cobrança de impostos (o dízimo era um imposto oficial estipulado pelo pároco em suas *visitações* às propriedades no interior durante a *desobriga* ou quaresma). Logo, a Igreja era grande porque ela integrava a burocracia, promovia a educação e o ensino das primeiras letras à universidade, assim, de maneira alguma poderia ser interpretada como mero reflexo, ou a visão simplista de que Portugal fosse atrasado e medieval, porque a Igreja era uma das instituições mais poderosas.

A Ilustração católica traz uma série de elementos que a primeira vista seriam contraditórios às Luzes, mas que ao mesmo tempo não negava uma série de características e princípios do Iluminismo. Ressalta-se mais uma vez o esforço intelectual por parte dos ilustrados católicos para realizar tal façanha. Isso ficará mais evidente e compreendido quando estabelecido uma comparação entre ele e o Iluminismo. Nessa perspectiva, identifica-se na referida Ilustração a:

Coexistência de práticas e princípios excludentes e mesmo contraditórios, como inovação e tradicionalismo, ateísmo e religião, empirismo e escolástica, liberdade democrática e subordinação absolutista (...). Em comum, poderíamos dizer, sumariamente, tinham os ideais de progresso e valorização da razão, expressos na dicotomia civilização/barbárie. Mas no mundo ibérico, tais ideias foram assimiladas de forma singular. O motivo mais saliente parece ser o não rompimento, nem mesmo por parte dos autores e estadistas que se auto intitulavam ilustrados – Pombal e os “estrangeirados” -, com o catolicismo. (...) Foi uma ilustração na qual a Religião, Política e História Natural andavam de braços dados (...) <sup>38</sup>.

Muito dessa especificidade lusitana na modernidade e nas Luzes, deve-se ao fato de

---

<sup>37</sup> MAXWELL, 2000, p. 17.

<sup>38</sup> DOMINGUES, 2007, p. 105-7.

que a Companhia de Jesus sempre se esforçou na concretização dos princípios Tridentinos<sup>39</sup>, o que garantiu a manutenção dos fortes traços e influência católica na política e cultura lusitana moderna. Quando a Companhia de Jesus fora fundada pela Bula Papal que reconhecia a ordem da *Societá Iesus* (Companhia de Jesus) já havia outras ordens religiosas, que inclusive, eram responsáveis pelo ensino. Então cabe entender o porquê da relevância dessa recém-fundada ordem em detrimento dos beneditinos, agostinianos e oratorianos que atuavam no Reino nesse referido recorte. Para tanto, Célio Juvenal Costa afirma:

Quando do nascimento da Companhia de Jesus em 1534, já existiam outras ordens consolidadas, tais como os franciscanos, dominicanos e beneditinos. Torna-se importante questionarmos, então, o porquê desta aceitação intensa de D. João III com os padres da Companhia de Jesus. De acordo com Dias, as razões seriam sua espiritualidade em frente aos desafios postos pela modernidade, características estas que eram apreciadas pelo Rei. Em princípios do século XVII, portanto, a Companhia de Jesus já se encontrava espalhada por todo o mundo e D. João III seria o monarca que mais lhe favoreceu e lhe serviu contribuindo de forma decisiva na expansão da ordem em Portugal como em todo o mundo<sup>40</sup>.

Além disso, ressalta-se também a aliança com a Coroa Portuguesa, visto que a Igreja era um braço do Estado, preenchendo e exercendo atividades significativas na esfera administrativa civil, jurídica e social, destacando-se, nessa última frente às ações assistenciais e educativas.

Tal perspectiva torna mais compreensível as ações políticas modernizadoras do Estado português que foram norteados pelo citado movimento, marcado por uma intelectualidade com fortes traços religiosos em sua formação. Há de se considerar que todo este processo de formação era dirigido, pensado e executado, do ponto de vista do ensino, pelos jesuítas até 1759. Tornando o caso luso ainda mais específico.

As aproximações diversas e a pouca divergência entre as duas vertentes da Ilustração católica portuguesa, deram-se pelo fato de um movimento em que os autores, intelectuais, artistas ou políticos do período em questão tinham algo em comum: a

<sup>39</sup> Princípios contra reformistas estabelecidos pelo concílio de Trento

<sup>40</sup> COSTA [et al] Célio Juvenal; BORTOLOSSI Cíntia Mara Bogo; BORGES, Felipe Augusto Fernandes & OLIVEIRA, Natália Cristina. Companhia de Jesus no século XVI: suas influências nos territórios português, indiano e brasileiro. In: *VI Congresso Internacional de História*, Maringá, São Paulo, 2013.

formação jesuítica.<sup>41</sup> Com isso, como destacam J. Fragoso e M. Florentino em *Arcaísmo como Projeto*:

[...] o atraso português, em pleno século XVIII, não seja estranho anacronismo, fruto da incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo é isto sim, um verdadeiro projeto social<sup>42</sup>.

Então, é possível considerar que o esforço intelectual lusitano, os embates que ocorreram entre as vertentes de Ilustração católica, a expulsão dos jesuítas assim como as ações das reformas pombalinas, buscava concretizar um projeto social, político e cultural português que objetivava a manutenção de um *status* arcaizante.

## 1.2 – O Período Pombalino e as Reformas

Enquanto a Europa, a partir da segunda metade do século XVIII, conheceu uma onda de revoluções, Portugal vivia o apogeu do Estado Absolutista. Destacava-se nesse cenário uma Lisboa e uma cidade do Porto, ricas e opulentas, onde residiam na primeira sua Majestade Real, a corte, a nobreza e a elite portuguesa e na segunda, membros importantes da elite, da nobreza e comerciantes de grosso trato, que iam aumentando dia a dia sua fortuna e expandindo seus negócios<sup>43</sup>.

Nesse contexto surge um ministro que assumiu papel de fundamental importância após o episódio do terremoto de Lisboa (1755). Grandes desafios se colocaram à época, por um lado era preciso lidar com a administração do Império atlântico português, por outro, o que na época era entendido como atraso do reino em comparação à França e à Grã-Bretanha. Segundo Keneth Maxwell<sup>44</sup>, o citado ministro, Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ascendeu à Secretaria de Negócios do Reino gozando de grande influência<sup>45</sup>. Ele exerceu controle quase que absoluto durante o governo de D.

<sup>41</sup> Quanto ao empreendimento educacional jesuítico, Fernando de Azevedo em sua obra *A Transmissão da cultura* cita que em Portugal no momento da expulsão dos mesmos eram 24 colégios, 17 casas de residência e a Universidade de Coimbra, Na colônia 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever.

<sup>42</sup> FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p. 27.

<sup>43</sup> MAXWELL, 2000, p. 37.

<sup>44</sup> MAXWELL, 2000, p. 62.

<sup>45</sup> A trajetória desta figura ilustre merece destaque: chega à vida pública aos 39 anos de idade quando em 1738 assumindo a secretaria de Negócios Estrangeiros e da guerra em Londres, este gabinete ficou conhecido como “gabinete Carvalho” devido as suas atuações. Após deixar este cargo, se tornou

José I. Entre os objetivos perseguidos pelo novo governo estava o controle dos negócios do Reino, para isso, adotou-se uma série de medidas interpretadas como paradoxais, pois buscavam civilizar a nação, ao mesmo tempo em que recrudesciam o controle sobre ela; buscava difundir a luz das ciências, no entanto, procurava potencializar a intervenção do Estado. Nesse sentido os atos de Pombal significaram a concretização de um objetivo que estava em voga desde finais do século XVII que pode ser percebido com a convocação das Cortes que ocorreram em oito ocasiões entre 1641 e 1697.

O período em análise foi atravessado por profundas descontinuidades políticas. De fato, sem entrar sequer em linha de conta com as Cortes que se reuniram quatro vezes (1668, 1673, 1679 e 1697), a regência de D. Pedro II caracterizava-se-ão por um modelo de funcionamento de administração central que se prolongará ainda pelos primeiros anos do reinado de D. João V.<sup>46</sup>

Segundo o historiador português Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, ao contrário do que podemos perceber com o período pombalino, a regência de D. Pedro II não tivera a mesma atenção nas produções historiográficas mais recentes. Mas foi a partir desse período que encontramos o início do embate quanto à modernização da administração política portuguesa.

Interessante ressaltar que será também, justamente nesse período que a historiografia portuguesa demonstra a influência da Companhia de Jesus nos rumos políticos da coroa. “Esta centralidade política manteve-se até ao reinado joanino”<sup>47</sup>. Não há interesse em dirimir a importância da política pombalina no sentido modernizador do Estado português, mas, trazer à tona perspectivas que possam evidenciar que a questão já vinha se fazendo presente desde antes do reinado de D. João V, entendido

---

emissário do Rei em Viena, vista por todos como uma relevante homenagem ao diplomata, foi responsável pela tentativa de mediação de um embroglio entre as Coroas de Roma e Viena em 1745. Ascendeu à Secretaria de Negócios do Reino em 1750 iniciando assim o período de maior relevância de sua trajetória política. Todavia, após o terremoto de Lisboa de 1755 que se torna o político de maior confiança do Rei coordenando toda reconstrução e política de controles de epidemias que se sucederam ao referido desastre. Por sua atuação frente à tentativa de regicídio onde o Duque de Aveiro e a família Távora foram acusados no que ficou conhecido como “Processo dos Távoras”, que Pombal chegou ao ápice de sua carreira política, sendo nomeado inclusive Conde de Oeiras.

<sup>46</sup> MONTEIRO, 2000, p. 130.

<sup>47</sup> Idem, p. 132.



como o primeiro período da ilustração católica portuguesa e em meio ao controle ideológico e intelectual dos jesuítas.

Pombal e D. José I receberam destaque nesse referido processo por que alcançaram, em certa medida, através de suas reformas, o objetivo de manutenção do *status quo* que era uma preocupação dos monarcas e estadistas portugueses desde início do século XVIII, alcançando inclusive as esferas econômicas. Um claro exemplo é a política adotada no período, que apesar de possuir uma bandeira modernizadora, utilizava como ferramentas uma série de medidas intervencionistas:

O objetivo fundamental do comércio colonial era diminuir a influência dos britânicos, mas os métodos empregados para alcançar esta meta eram sutis, pragmáticos e envoltos em subterfúgios. (...) Um modo de agir contra a influência britânica, contudo evitando o confronto aberto sobre os termos dos tratados, era usar uma variedade de técnicas, em Portugal e no interior da estrutura colonial, destinadas a transferir vantagens econômicas concedidas aos estrangeiros para os grupos de comerciantes portugueses<sup>48</sup>.

Dentro desse cenário, destaca-se a expulsão dos jesuítas, em 1759, o motivo alegado no Alvará relacionava-se diretamente ao atraso no ensino a estes computados:

(...) sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências que se veem, neste reino, extraordinariamente decaídas (...). Aulas que se confiaram aos Jesuítas. (...) que estes, com o escuro e fatidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos (...) com a inflexível tenacidade com que sempre procuraram sustentá-lo contra a evidência de sólidas verdades que lhe descobriram os defeitos e prejuízos do uso de um método (...) <sup>49</sup>.

Expulsão dos jesuítas e seus entusiastas foram e ainda são questionáveis pelo fato de que, como afirma Keneth Maxwell, teria sido de fato uma das medidas que D. José I tomou com o intuito de modernizar a sociedade portuguesa. Afinal, modernizar como? Os jesuítas além de simbolizarem o tradicional, simbolizavam também o moderno, mas talvez um moderno diferente do que pretendia o Estado.

Os jesuítas representavam e defendiam uma modernidade que apesar de superar o antigo, não interessava ao Estado Pombalino justamente por não defender a prática despótica esclarecida em curso. Defendiam a subordinação do povo a Deus e a Igreja e não ao Estado. Neste sentido, expulsar os jesuítas então pode ser entendido também

---

<sup>48</sup> MAXWELL, 2000, p. 61.

<sup>49</sup> PORTUGAL, 1759, n.p.

como uma estratégia importante politicamente para aspirações despóticas que pudessem modernizar sem ferir o objetivo primordial da coroa, a mencionada manutenção do *status quo* aristocrático<sup>50</sup>.

Para compreender melhor a referida crise com os jesuítas, que remete ao fim do século XVII, é preciso destacar a corrupção que marcava as irmandades eclesiásticas na conjuntura tratada, principalmente pelo grau de influência em negócios do Reino e das Colônias que esses mantinham direta ou indiretamente. Esses podem ser os fatores determinantes para o desgaste da Companhia em meados do século XVIII, pois

Diagnostica em seus escritos uma assimilação – seletiva e católica, por certo como também era a do grupo pombalino – de ideias ilustradas que coexistem com a escolástica e com uma visão mitológica do mundo<sup>51</sup>.

Além dos elementos supracitados, existia um embate entre as demais ordens e os jesuítas, já que esses haviam crescido demasiadamente, num curto espaço de tempo, ganhado muito prestígio e acesso a muitas das benesses do Estado português referentes aos bispados, além da responsabilidade de dirigir as principais universidades portuguesas, como exemplo, a Universidade de Coimbra.

Com a assunção de Pombal, o Iluminismo Católico Português entra em sua segunda fase. Nela, iniciou-se em Portugal o reformismo ilustrado pombalino dos déspotas esclarecidos no lugar dos jesuítas. Dessa reforma, a ênfase dada por este trabalho ora

---

<sup>50</sup> A discussão sobre as motivações reais da expulsão dos jesuítas já foi muito explorada e diversas hipóteses foram levantadas e defendidas com afinco. Uma destas foi a questão de fronteira no mundo colonial como defende Keneth Maxwell. Já Maria Beatriz Domingues afirma que os interesses de Estado entravam em choque com o dogma filosófico mais básico da política protecionista dos jesuítas para com os índios e por isso a expulsão, ligada indiretamente a questão das fronteiras mencionada. De fato, os jesuítas incomodavam políticos e comerciantes do mundo colonial, afinal eram detentores de diversas propriedades de muito valor, exercendo autoridade de governo temporal sobre todas as aldeias das missões. Vale ressaltar que ainda segundo Keneth Maxwell, além das suas atividades religiosas, administravam uma operação comercial de considerável sofisticação que resultava de anos de acumulação de capital, reinvestimentos e administração cuidadosa. Fora isto o status de clero os garantia isenção fiscal, o que potencializava ainda mais o lucro das atividades da Companhia de Jesus e justificava uma oposição sistemática dos colonizadores ligados às atividades políticas e mercantis sobre eles e suas atividades. Contudo, são os argumentos que tratam da necessidade de modernização por meio da secularização do ensino. É válido destacar que a oposição aos jesuítas já se manifestava com Pombal antes da chegada ao posto de primeiro ministro. O historiador Richard Morse questiona esta historiografia tradicional quanto aos jesuítas serem um obstáculo às Luzes especificamente no mundo Ibérico, tudo isso para além da questão do imaginário sobre os jesuítas que deve ser considerado de maneira mais detida, como foi feito no trabalho do historiador português José Eduardo Franco em sua obra o mito dos jesuítas em Portugal publicado em 2013 na Revista Lusófona da Ciência das Religiões.

<sup>51</sup> DOMINGUES, 2007, p. 19.

em tela, esta focada nos aspectos educacionais com dois objetivos: o primeiro para representar de maneira direta as propostas despóticas esclarecidas quanto à orientação ilustrada católica; o segundo, para que em meio às propostas educacionais fosse possível identificar o surgimento de uma nova linguagem política no Iluminismo católico praticado em Portugal.

As práticas modernas não têm mais a religião como viga mestra da cultura, sua pedra de toque, essa passa a ser apenas um recurso auxiliar. A laicidade supõe – de modo radical – a institucionalização da diferença entre o espiritual e o temporal, o Estado e a sociedade civil, o indivíduo e o cidadão. Contudo, é preciso resgatar uma das características da Ilustração Católica, a coexistência da religião com a ideia de um Estado condutor dos assuntos temporais, apesar desses argumentos parecerem, à primeira vista, pouco convincentes pelo fato de ainda hoje estarmos mergulhados na esfera espiritual, será necessário estudos e análise de fontes que não estão nos objetivos desse trabalho.

Aliás, é interessante perceber que as principais medidas voltadas para a criação e organização de escolas de Estado no século XVIII europeu foram provenientes, não tanto das ideias iluministas, mas, sobretudo, daqueles denominamos de Ilustrados Católicos. Por sua iniciativa, foram adotadas políticas públicas dirigidas a racionalizar e ilustrar seus Estados. É o caso da introdução do ensino compulsório e universal nos reinados de Frederico II da Prússia (1740-1786) e Maria Tereza da Áustria (1740-1780). Nesse contexto, o modelo de ensino arquitetado para ambos os reinos tinha como ponto comum o atendimento das necessidades do Estado quanto à formação de consensos<sup>52</sup>.

Com as atitudes tomadas, os principais valores veiculados pela escolarização – especialmente a primária – seriam diligência, obediência, sentimento de dever e presteza na interiorização de regras. Tratava-se, pode-se dizer, de um modelo voltado para a formação de súditos esclarecidos, mas não exatamente de cidadãos. O exemplo disso é um tipo de conhecimento técnico, como – as aulas de comércio – mais útil e

---

<sup>52</sup> PALLARES-BURKE, 2001, p. 59.

necessário para o Estado, fugindo do tradicional ensino religioso. Dentro desse ideário, e diferentemente do modelo pedagógico arquitetado pelos planos da França revolucionária, a escola pombalina não era conduzida pela utopia da emancipação<sup>53</sup>.

Um questionamento suscitado é a suposta intenção de secularizar o ensino por intermédio da referida reforma proposta por Pombal. Com sua veia sempre a favor do fortalecimento do poder real, poderia tornar lógica a condução de um processo de secularização das instituições e dos costumes lusos, no entanto, o clero não foi afastado dessa prática, uma vez que os oratorianos preencheram em grande parte a lacuna deixada pelos jesuítas, sem contar o caráter religioso dos manuais e compêndios que vieram substituir os utilizados pela Companhia de Jesus.

Martinho de Pina e Proença, um dos “estrangeirados”<sup>54</sup> mais importantes da primeira fase da Ilustração católica portuguesa e autor da obra *Apontamentos para Educação de hum menino nobre*, pode ser apontado como, naquele momento, o autor de uma das bases do método educacional da Reforma pombalina, ficando evidente em sua obra, que o caráter religioso, traço marcante do ideário português, não foi posto de lado pelas novas propostas elaboradas por ele em meio ao embate promovido contra os métodos Jesuítas.

Logo, pode-se afirmar que o modelo de escola pública que Pombal gestou tinha – de acordo com a leitura da obra de Martinho de Pina e Proença – características próprias: tratava-se de um artefato organizador da força e da potência do Estado. Que tomava para si a tarefa de selecionar, nomear e fiscalizar professores, além de controlar as matérias a serem ensinadas. No entanto, não havia intuito de, por meio da educação, alterar a base político-social desse mesmo Estado.

Personificando a lógica do despotismo esclarecido à portuguesa, Pombal, adotou por referenciais políticos alguns teóricos e pedagogos lusitanos, entre eles: Proença, Luís António Verney e António Nunes Ribeiro Sanches. Especificamente a figura de Verney quando ressalta que “nem nas ditas Classes, nem em outras algumas destes Reinos,

---

<sup>53</sup> BOTO, 2010, p. 282.

<sup>54</sup> Este é o termo utilizados pelos portugueses que adjetivava os intelectuais lusitanos que estavam espalhados pela Europa nos séculos XVII e XVIII.

que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Método, que não seja o Novo Método da Gramática Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratório”<sup>55</sup>.

Criou-se, a partir desse ponto, a aceção de aulas régias, compreendendo tanto as classes de primeiras letras quanto as classes de humanidades – daquilo que, posteriormente, se caracterizará como ensino secundário. Eram, em sua grande maioria, classes de primeiras letras, incluindo o ensino da leitura, da escrita, da aritmética, do catecismo e dos preceitos da civilidade, existia ainda classes de latim, grego, hebreu e retórica.<sup>56</sup> Em todas elas, era proibido aos mestres e professores valerem-se de livros e materiais de ensino utilizados pelos jesuítas.

Hey por prohibida para o ensino das Escolas a Arte de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle, que usar na sua Escola da dita Arte, ou de qualquer outra, que não sejam as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata licença minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbítrio, e não poderá mais abrir Classe nestes Reinos, e seus Domínios. Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se use dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; João Nunes Freire; José Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inútil; e de todos, e cada hum dos Cartapácios, de que até agora se usou para o ensino da Grammatica<sup>57</sup>.

Para a consecução das reformas políticas administrativas pretendidas por Pombal era imprescindível afastar os jesuítas das esferas de poder e do Reino. E isto está bem claro no Alvará. Percebe-se que apesar de excluir os jesuítas das ordenações de ensino, não estabeleceu nenhuma nova maneira ou estrutura de ensino que substituísse a anterior. É justamente por isso que Pombal acaba assumindo a responsabilidade de solucionar tal questão, promovendo uma nova estrutura que vai desde os manuais e compêndios até um sistema de tributação para custear a referida. O historiador português Rômulo de Carvalho, tratando do tema, afirma:

As disciplinas que o alvará impõe continuam a ser as tradicionais: latim, grego e retórica; o objetivo de ensino o mesmo. Proclama-se, no alvará, que da cultura e das ciências dependem a felicidade da monarquia, conservando-se por meio

<sup>55</sup> PORTUGAL, 1759, n.p.

<sup>56</sup> MARQUES, 1984, p. 337.

<sup>57</sup> PORTUGAL, 1759, n.p.

delas a religião e a justiça na sua pureza e igualdade<sup>58</sup>.

O que se seguiu foi uma série de medidas centralizadoras e despóticas (proibições censura determinações, regras de conduta, punições de prisão, castigos, arbítrios, etc.). O pragmatismo característico da reforma é por sua vez compatível com o perfil político das ações empreendidas por Pombal em outras áreas de governança, como, nos objetivos da Ilustração católica Despótica Esclarecida.

A situação torna-se crítica pela continuidade da utilização de gramáticas jesuíticas, tais como a de Manoel Álvares<sup>59</sup> e de seus compiladores em várias escolas de Portugal, agravada pela carência de mestres régios, que pode ser percebida nos relatórios do Diretor Geral dos Estudos.

Como resolver a questão da falta de contingente, sem que houvesse uma preocupação real no que tange à formação desses professores, que deveriam ser os responsáveis pelas Luzes na prática do ensino? Como arcar com o pagamento dos soldos deste professorado já que até a extinção da Companhia de Jesus, seus membros lecionavam gratuitamente, pois tinham voto de pobreza e ensinavam por motivação ideológica e religiosa? Como gerar receita para tal demanda, se o imposto criado não se mostrou suficiente? Como garantir a descontinuidade daquela *práxis* pedagógica considerada ultrapassada? Foi localizada uma tentativa de viabilizar o pagamento dos soldos dos mestres-régios, contudo, essa iniciativa mostrou-se insuficiente, em virtude da sazonalidade da cobrança e por se tratar de um imposto juramentado.

Essas questões de fundo perpassam a reforma pombalina do ensino. Não há intenção respondê-las em sua completude, dada sua complexidade e o imperativo de consultar

<sup>58</sup> CARVALHO, 2001, p. 430.

<sup>59</sup> Manuel Álvares nasceu na cidade de Lugar da Ribeira Brava, Ilha da Madeira, em 1526. Ingressou na Companhia de Jesus em 1545. Ingressou em Coimbra no ano de 1546, onde se dedicou ao estudo da língua grega, do hebraico, do latim, além de dedicar-se a Filosofia e a Teologia. Em 1553 ingressa como professor no Colégio de Santo Antão, onde fora encarregado de redigir uma gramática de Latim que servisse para toda congregação além de ser autor de uma oração de sapiência intitulada *Oratio de Laudibus Regis Ioannis Tertii* (1556). Atribui-se, igualmente, a edição das cartas dos padres da Companhia de Jesus em missão na Índia. Foi reitor do Colégio das Artes de Coimbra entre 1561 a 1566. Dirigiu a casa professa de S. Roque, em Lisboa, entre 1574 e 1575 e foi nomeado reitor da Universidade de Évora, em 1573. Em 1571, publicou nos prelos venezianos o *De constructione octo partium orationis*, e em 1572 publicou em Lisboa os célebres *De Institutione Grammatica Libri Tres*, obra adotada como texto obrigatório na *Ratio Studiorum*. Foi autor de um tratado de pesos e medidas *De mensuris et ponderibus*, publicado postumamente em 1754.

fundos documentais não recortados para este estudo, mas demonstrar que havia lacunas a serem transpostas nesse cenário cujos desdobramentos se colocaram para além da própria época. A aparente displicência de Pombal em se ocupar das questões práticas da reforma que propôs, denunciam que os motivos reais para a expulsão dos Jesuítas residiam em outras questões, para além do ensino.

Retomando a ideia de Ilustração Católica, a historiografia procura sempre partir de que a responsabilidade de propagar tais ideias recaía sobre intelectuais que foram formados em meio a pouquíssimas opções de formação como já mencionadas anteriormente. É a luz desses aspectos que devem ser analisadas e compreendidas as obras que foram utilizadas como norteadoras no programa de Reforma promovida por Pombal e, além disso, questionar o porquê das medidas que mesmo atreladas aos objetivos ilustrados católicos despóticos esclarecidos, não abriram mão do caráter pragmático que marcou o período jesuítico.

Retoma-se o fato de que, para que o Estado promovesse a pretendida renovação no sentido das Luzes, deveriam ser combatidos, primeiramente, aqueles que controlavam ideologicamente não somente o Estado, como também, todos aqueles que exerciam funções políticas na administração portuguesa e defendiam uma interpretação de Ilustração Católica que não interessava para D. José I e seus ministros.

Deve-se ressaltar que na segunda metade do século XVIII, não somente Portugal, mas toda a Europa movimentava-se politicamente contra os jesuítas, atribuindo a eles a tentativa de manipular os Estados como objetos de suas vontades e interesses políticos, mais uma vez motivos diversos fomentaram a expulsão dos mesmos:

Recrudesciam na Europa, contra a companhia, as lutas que deviam terminar com sua extinção nas quais os ataques partiam agora de todos os lados, das universidades e dos parlamentos, das autoridades civis e eclesiásticas, e das próprias ordens religiosas. Alegava-se (...) que foi dominada pela ambição do poder e das riquezas, procurava manejar os governos como um instrumento político<sup>60</sup>.

Fernando de Azevedo destaca que a Companhia de Jesus era vista como ultrapassada e incapaz de corresponder às novas necessidades políticas e intelectuais em vigor na

---

<sup>60</sup> AZEVEDO, 1976, p. 45.

Europa do século XVIII, a Europa das Luzes. O ensino jesuítico, na opinião de seus adversários, “envelhecera e petrificara em várias gerações e, anquilosando-se nas formas antigas, já se mostrava incapaz de adaptar os seus métodos às necessidades novas” <sup>61</sup>, não desconsiderando que a questão intelectual marcava de tal forma esta querela, afinal a educação jesuítica chocava-se com os interesses despóticos esclarecidos de nações como Portugal e Espanha, nos fazendo perceber melhor essa questão.

O esforço da Coroa portuguesa percebido por meio das Reformas pombalinas, chocava-se com a interpretação iluminista católica jesuítica que era impregnado pelo pensamento, que mais tarde, será retomado pelo ultramontanismo surgido com Pio IX, no século XIX. No recorte em questão, alguns de seus princípios começam a vir à tona com a doutrina católica que defendia o supranacionalismo papal, e desta forma tinha em Roma sua referência, voltando-se para a valorização da soberania da fé, depreciando os nacionalismos políticos do século XVIII ao afirmar que o povo deveria se preocupar em seguir a Igreja Católica em detrimento ao nacionalismo político.

### **1.3 – Direcionamento Intelectual Ilustrado Católico e a Reforma de 1759.**

Durante a Reforma pombalina, o Alvará de 1759 determinou a utilização das obras dos oratorianos como princípio intelectual norteador, isto por si, justifica a importância das obras *Verdadeiro Método de estudar*, de Luís Antônio Verney em 1746; *Apontamentos para educação de um menino nobre*, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença publicada em 1734; e *Cartas para educação da mocidade* de Ribeiro Sanches publicadas entre 1760 e 1761. Os próximos capítulos discorrerão sobre as referidas obras e seus respectivos autores.

A escolha dessas obras, principalmente da primeira, vem do teor e das assertivas promovidas pelas mesmas quanto ao pensamento e prática de ensino jesuítico. José Murilo de Carvalho, comentando sobre as Reformas Pombalinas e a utilização da obra de Verney, destaca, entre outras questões, a crítica à retórica jesuítica: “as cartas cinco

---

<sup>61</sup> Idem.



e seis do *Verdadeiro método de estudar*, dedicadas a retórica, eram um ataque cerrado ao mau gosto da oratória portuguesa, ao excesso de ornamentos estilísticos, a afetação, ao abuso dos tropos da linguagem”<sup>62</sup>. Ou seja, houve uma releitura da intelectualidade portuguesa e a obra de Verney atendia essa expectativa.

É notório que Verney, de maneira geral, tentava superar o pensamento jesuítico, uma vez que havia suporte ao método proposto. Apesar da funcionalidade das ideias de Verney para os interesses pombalinos, em momento algum tal obra se tornou oficial na Reforma implementada. A aproximação se deu devido ao combate à filosofia e pensamento jesuítico, afinal, as ideias de Verney vão ao encontro dos objetivos estabelecidos por Pombal de combater os Jesuítas e afastá-los das esferas de poder. Então, era muito conveniente à coroa coadunar com as ideias defendidas por aquele que combatia e criticava veementemente os Jesuítas.

Claudia Cristina Azeredo Atallah destaca que Verney construiu seu método baseado no princípio da dissociação entre política e religião, como será tratado no capítulo 2 de maneira mais específica. Para ela, o referido autor “adota conceitos condenados pela Igreja Católica (...) por acreditar que os métodos racionais do filósofo inglês seriam mais uteis para a revisão da pedagogia”<sup>63</sup>. E seria justamente por isto que “Estas críticas se apresentavam com o intuito de se propor uma alternativa pedagógica mais sintonizada com as mudanças que estavam sendo empreendidas”<sup>64</sup>. Segundo Atallah, é possível entender que as interpretações dos jesuítas defendiam o aristotelismo neotomista quanto às questões da soberania do Estado, sendo conveniente, a Pombal, permitir a aproximação entre as ideias de Verney e a Reforma em curso.

De maneira geral, os estudos e propostas de Verney são utilitaristas e buscavam um afastamento da metafísica e uma proximidade com a racionalização científica, desmitificando a pedagogia religiosa jesuítica que estava em voga até então. Sobre o *Verdadeiro Método de Estudar*, Atallah afirmar:

Apontando mudanças de caráter didático e pedagógico, a obra iria mais além,

<sup>62</sup> CARVALHO, 2000, p. 123 – 152.

<sup>63</sup> ATALLAH, 2006, p. 61.

<sup>64</sup> Idem.

acompanhando os rumos tomados pela filosofia e até mesmo pela política durante os próximos séculos. Até os dias de Hoje, os métodos propostos (...) apresentam-se ainda como atuais e perfeitamente aplicáveis<sup>65</sup>.

Entre as três obras citadas, essa foi a que mais “causou polêmica, teve ampla divulgação nos meios letrados portugueses”<sup>66</sup>. Muito disso se deveu ao fato de que, na sociedade portuguesa, a modernidade estava promovendo mudanças culturais que impactaram o ideário político, reformado sem deixar de lado o seu caráter religioso. Nos capítulos 2 e 3 iremos analisar como a adoção de um novo vocabulário, bem como a mudança no significado de alguns termos, no campo educacional, consubstancia esse processo.

Um dos indicativos desse primeiro momento do Iluminismo Católico português foram os embates entre o antigo e o moderno que ocorriam entre os estudiosos no setor privado. Destacam-se as Conferências Discretas e Eruditas (1696-1739), fundadas por D. Francisco Xavier de Meneses – 4º Conde da Ericeira<sup>67</sup> –, que defendiam a supremacia dos modernos sobre os antigos, e onde estavam presentes estudiosos como o padre Raphael Bluteau<sup>68</sup>, Francisco Xavier de Oliveira<sup>69</sup>, Proença e o próprio Verney.

Realizadas na casa do citado Conde, as Conferências tratavam de assuntos de interesse científico criticando o Barroco. Realizara-se lá, o lançamento de diversas obras como a do Padre Bluteau – *Vocabulário Português – Latim* – e onde intelectuais

---

<sup>65</sup> ATALLAH, 2006, p. 65.

<sup>66</sup> JUNIOR, 2012, p. 29.

<sup>67</sup> D. Francisco Xavier de Meneses (1625 – 1743), 4º Conde de Ericeira, sucedeu seu pai aos 14 anos, ascendendo então ao título, ficou tão instruído dos interesses do reino que protegia não só os estabelecimentos fundados por seu pai quanto as Artes e o Comércio. Adquiriu cedo fama de erudito e exerceu grande influência nos meios culturais. Foi deputado da Junta dos Três Estados, conselheiro de guerra, sargento-mor de batalha, e mestre de campo general. Aos 20 anos a Academia dos Generosos, renovada em 1693, o elegeu para seu primeiro presidente. Na Academia Portuguesa, instituída em 1717 no seu palácio, foi protetor e secretário, e na Real Academia de História Portuguesa, formada por D. João V de Portugal em 1720, foi um dos cinco diretores e censores. As Conferências Eruditas que se reuniam em seu palácio desde 1695 despertou o interesse em grupo numeroso e bastante culto para mais tarde D João V as transformar em Academia Real.

<sup>68</sup> Raphael Bluteau (1638 – 1734), clérigo da ordem de São Caetano, fez parte dos padres denominados estrangeirados, uniu-se ao movimento acadêmico patrocinado pelo 4º Conde de Ericeira, pertencia à Academia dos Generosos e à Academia dos Aplicados e destacou-se nas Conferências Discretas e Eruditas. Publicou *Primicias Evangélicas, ou sermões panegyricos do P. D. Raphael Bluteau, etc.* (1676), *Vocabulário Portuguez e Latino* em 8 volumes (1712) entre outros.

<sup>69</sup> Autor de *Aumusement* (1751) e *Discours Pathétique* (1756) obras escritas em Londres que promoviam ataques a inquisição.

como Manuel de Azevedo Fortes<sup>70</sup> e Jacob de Castro Sarmiento<sup>71</sup>, difundiram suas ideias sobre os estudos modernos de Matemática e da física de Newton, respectivamente.

Foi nessa fase do Iluminismo Católico português que tanto Verney quanto Martinho de Mendonça de Pina e Proença escreveram suas obras. De certa forma, isto justifica a repercussão de suas obras no Iluminismo Católico português a de D. João V e Pombal.

Após a divulgação do seu programa de renovação, O Verdadeiro Método de Estudar, assistimos a ultrapassagem do reinado da escolástica dos Jesuítas medievalizantes, expulsos por Pombal, e sua substituição no ensino pela empreendedora congregação do Oratório edificadora da modernidade científica no Ensino Superior<sup>72</sup>.

Temos ainda Antônio Nunes Ribeiro Sanches e sua obra *Cartas para educação da Mocidade*, a única escrita na segunda fase do Iluminismo Católico português, em meio as Reformas Pombalinas, e que será analisada por esta pesquisa. Sobre Sanches, o historiador português Luis Miguel Oliveira de Barros Cardoso afirma:

Médico, licenciado por Coimbra e Salamanca, esteve em Londres, Rússia cuidando das tropas imperiais até se radicar em Paris. Íntimo de enciclopedistas, com os quais colaborou na sua obra monumental com um artigo sobre sífilis, pugnou pela secularização do ensino, pela liberdade de pensamento, pela educação das mulheres, escrevendo a pedido de Pombal as Cartas sobre a Educação da Mocidade Nobre (1760), que serviria como contribuidor decisivo para o Colégio Dos Nobres (1761), e um Método para aprender Medicina, utilizado na Reformada Faculdade de Medicina<sup>73</sup>.

A obra de Ribeiro Sanches além de ser encomendada por Pombal, fora produzida em fase distinta do Iluminismo Católico português, justificando o caráter e conteúdo diferenciado. Nela, como veremos no capítulo 3, contém propostas que objetivavam solucionar alguns problemas que vinham eclodindo ao longo da aplicação prática da

<sup>70</sup> Manuel de Azevedo Fortes (1660 – 1749) teve formação técnica em matemática e engenharia o que lhe valeu a cadeira na Academia Militar d Fortificação e posteriormente o cargo de engenheiro-mor do reino. Publicou entre diversas obras o *Tratado do modo o mais fácil de fazer as cartas geograficas...* (1722) e *O Engenheiro Portuguez* (1729).

<sup>71</sup> Jacob de Castro Sarmiento (1691 – 1762) foi médico português e um dos responsáveis pela inserção dos estudos de Isaac Newton em Portugal. Apesar de sua relativa importância para o desenvolvimento de estudos científicos em Portugal, Castro Sarmiento, vê a necessidade de se evadir do país devido à perseguição aos cristãos novos no ano de 1721. Entre suas obras estão: *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (1735), *Theorica Verdadeira Das Marés, Conforme à Philosophia do incomparável cavalhero Isaac Newton* (1737) e *A dissertation on the method of inoculating the Smallpox* (1721)

<sup>72</sup> CARDOSO, 1998.

<sup>73</sup> CARDOSO, 1998, p. 2.

Reforma. Tal obra colocou em prática as propostas que surgiram do embate ideológico entre antigos e modernos.

A partir do exposto acima, o capítulo a seguir contemplará uma tentativa de argumentar a favor de um moderno português específico norteado pelas conjunturas inerentes ao seu ideário político, coexistente em meio a uma tentativa de manutenção de *status quo* arcaizante que marcou o período das reformas pombalinas.

## CAPÍTULO II: PORTUGUÊS MODERNO OU ANTIGO MODERNIZADO?

*“Em Portugal, o século XVIII apresenta uma dimensão múltipla relativamente a estilos de época que nos possibilita identificar uma estética barroca retardatária, um neoclassicismo arcádico, um estilo rococó (...) que se irá afirmar progressivamente. Esta riqueza eclética de valores constitui, por excelência, uma epifania da renovação mental que se operou neste século e que perdurará ad aeternum em conexão íntima com esse movimento úbere, o Iluminismo.”*

*Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso*

## 2.1 – Sobre o Ensino e suas obras de referência

Tomando por base as ideias e concepções acerca de educação que surgiram em meio à interpretação portuguesa de Iluminismo Católico, especificamente no primeiro momento, onde intelectuais pontuaram suas considerações dando início ao, que hoje é denominado pela historiografia, de embate entre antigos e modernos. Estavam surgindo ideias e com elas novas linguagens que passaram a marcar, a partir do século XVIII, as práticas modernas portuguesas. Isso pode ser percebido por intermédio da análise das obras *Apontamentos para educação da Mocidade* e *Verdadeiro Método de Estudar* publicadas respectivamente em 1734 e 1746, antes mesmo das Reformas Pombalinas. Evidenciando desta forma que surgiram propostas de superação do antigo método assim que acompanharam *a posteriori* modificações nas práticas políticas que objetivava adaptar a educação e o ensino para um novo corpo político que deveria atender as necessidades do Estado Português.

Proença e Verney propuseram práticas modernas por meio de novos métodos e modificações gramaticais, que se adequaram a uma nova visão de política e de educação que estava em voga na modernidade europeia e em meio às Luzes, e que iam de encontro às ideias jesuíticas. Como já mencionado no capítulo anterior, o caso português estava impregnado por uma preocupação em não ferir as diretrizes católicas que norteavam o ideário político.

O século XVIII europeu foi marcado por mudanças intelectuais no âmbito das humanidades. O cientificismo, o enciclopedismo, o racionalismo entre outras tantas correntes que surgiram e se expandiram neste referido século, trouxeram uma visão de Estado, de política e de educação mais utilitarista, ou seja, com foco nas questões e formações intelectuais voltados para o que fosse útil quanto à função que seria exercida pelo indivíduo.

Antes mesmo da emblemática reforma Pombalina dos estudos de 1759, Portugal por intermédio de intelectuais, como Antônio Verney e Martinho Proença, já se adaptava a toda essa tendência modernizante. As obras desses intelectuais, especificamente, vieram a se tornar basilares da referida reforma. Nelas era possível encontrar explícitas

críticas, principalmente, no que tange a questão da utilidade dos estudos até então praticados sob a égide dos jesuítas. A obra *Apontamentos para educação de um menino nobre* de Martinho Proença (1734), por exemplo, promoveu uma acintosa crítica ao método jesuítico neste sentido.

Tal crítica era reflexo do esforço em adaptar as praticas de ensino luso às realidades e métodos que estes estrangeirados tiveram contato na Europa. Além disso, não podemos deixar de levar em consideração que era também recorrente a contestação do antigo, ao menos no discurso, e que desta forma também se justifica às referidas críticas. O referido autor além de criticar, aponta que o fim para o novo método deve ser a funcionalidade, a experiência, deixando claro implicitamente uma crítica a falta de funcionalidade do método jesuítico:

O método de aprender Latim só com o frequente uso, e exercícios sem mais arte, nem livro gramático, que uma taboa das conjugações, e declinações, parece o mais próprio para um menino Nobre, que não há de fazer profissão de gramático.<sup>74</sup>

Se analisarmos criteriosamente, todo o discurso de crítica ao método jesuítico percebido na obra de Proença estava voltado para a falta de funcionalidade pratica inerente ao ensino jesuítico, no entendimento dele. Isso se relaciona diretamente a tendência europeia de reformulação e elaboração de praticas politicas modernas atreladas aos interesses burgueses iluministas.

Tal fato ilustra bem o que estava em voga na intelectualidade portuguesa no final do XVII e início do XVIII, período marcado inicialmente pelo desenvolvimento da filosofia tomista que influenciou todo o ensino e os métodos praticados, assim como o seu desenvolvimento cultural. Estavam vinculados a isso, as instruções pedagógicas e os interesses do poder soberano, representados por um grupo aristocrático juntamente com uma fidalguia ansiosa pela construção de novas ideias e mudanças que eram impossíveis de serem ignoradas.

Fora o momento das já mencionadas Conferências Discretas e Eruditas (1696 – 1739), organizadas e patrocinadas pelo palácio do 4º Conde de Ericeira. As conferências

---

<sup>74</sup> PROENÇA, 1734, p.21.

acolhiam as influências de Raphael Bluteau, que, inclusive, foi conselheiro do conde. Entre os participantes encontravam-se diversos membros da Academia dos Generosos, onde eram discutidos assuntos diversos concernentes ao Estado, política, religião, ciência e também educação. Posteriormente, tais conferências, deram espaço para a formação da Academia Portuguesa, precursora da Academia Real de História (1720). Naquelas eram criticados os torneios de engenho oratório e versificatório das academias barrocas, representante do antigo. Priorizavam temas como o das matemáticas pertencentes a cavalheiros como Raphael Bluteau – autor de um dicionário que no início de XVIII se tornou uma das grandes referências lexicais – e a Manuel de Azevedo Fortes, que juntamente com o próprio D. Francisco de Meneses se distinguiram na divulgação de noções de mecânica, classificações naturalistas e formação de um novo conceito mais utilitário de cultura e intelectualidade, com os seus corolários pedagógicos representando o moderno<sup>75</sup>.

Em outras palavras, era onde ocorria, de maneira polida, o embate entre as ideias modernas contra o que estava em voga até então, aqui denominada de antigas, ressaltando mais uma vez a participação de figuras ilustres como o Padre Raphael Bluteau, além de Proença em algumas dessas conferências. No momento em que surgiram defensores da mecânica, da álgebra e da filosofia mecanicista de Descartes, surgem também ideias que foram ao encontro do utilitarismo inglês, desenvolvido ainda no século XVII, que substanciaram as obras dos autores que agora passará a ser discutido e servirá de bases para desdobramentos práticos modernos.

No período de D. João V, torna-se mais evidente a preocupação com a modernização cultural, intelectual e política. Será justamente nesse recorte, que, segundo Nuno Gonçalves Monteiro, que o Barroco atinge seu apogeu em Portugal, alavancam-se as produções de diversas academias literárias, há fundação da Real Academia de História (1720), e a chegada, ao reino, tanto os escritos dos “estrangeirados”, como, as obras com *Apontamentos para educação da mocidade* (1734).

Aspecto essencial da corte joanina foi à afirmação da sua indisputada centralidade cultural. Expressão emblemática deste período, Mafra foi apenas à

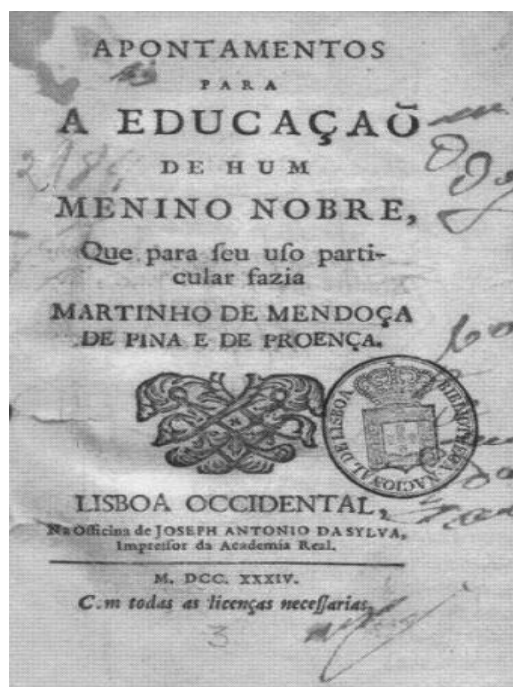
---

<sup>75</sup> SARAIVA, 2001, p. 135.



tradução mais visível dum contínuo investimento cultural e artístico, que se consubstanciou na importação sistemática de numerosos artistas italianos, bem como a encomenda direta de trabalhos<sup>76</sup>.

## 2.2 – Proença e seus apontamentos para educação de um menino nobre.



**Figura 1:** Apontamentos para à Educação de hum Menino Nobre, por Martinho de Mendonça Pina e Proença, 1784, original na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Disponível em: [http://myneighborwellington.blogspot.com.br/2012\\_12\\_01\\_archive.html](http://myneighborwellington.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html). Acesso: 30.03.2015.

Martinho de Mendonça de Pina e Proença foi um ilustre pedagogo e intelectual português que deu início a seus estudos na Escola de Artes em Coimbra, mas não a concluiu, pois cedeu à tradição da família que era voltada para estudos científicos. Dedicou-se aos estudos da retórica e latim, cursou filosofia em Coimbra, e cultivou um autodidatismo que o fez ir além das citadas áreas de estudo. Pertencente ao grupo dos chamados “*estrangeirados*”, Proença teve contato com intelectuais europeus que certamente o influenciaram, citando, inclusive, em seus apontamentos ideias de Locke. Regressou a Portugal e participou do movimento das academias, tornando-se membro

<sup>76</sup> Idem, p. 137.

fundador da Academia Real de História Portuguesa criada por D. João V em dezembro de 1720, faleceu em 1743, com 50 anos, após longa enfermidade. Foi sepultado na Quinta do Pombo, onde nasceu, na freguesia de S. Vicente, da cidade da Guarda. Ao publicar sua obra *Apontamentos para educação de um menino nobre*:

A sua intenção inicial fora a de traduzir, para português, os *Some Thoughts Concerning Education* (1693) de John Locke, com a finalidade de orientar a educação de seus próprios filhos. A obra de Locke marcara, sem dúvida, uma fase importante do pensamento pedagógico europeu, dedicada à educação do *cavalheiro*, abordando as vertentes físicas, moral e intelectual, com primazia para a segunda, estrutura que Pina e Proença respeitam no essencial, indo ainda buscar sugestões não menos importantes a Fénelon (*De l'éducation des filles*, 1688) e a Charles Rollin (*Traité des Études*, 1726)<sup>77</sup>.

Sua obra pode ser considerada um grande marco no surgimento de novas ideias acerca da educação e do embate entre antigos e modernos. Nela, Proença se mostra partícipe do grupo de intelectuais modernos que passam a entender a política, o Estado e a Educação, de maneira a adequar-se às novas realidades e necessidades insurgentes em meio ao século XVIII, com suas mudanças e paradigmas, por isso, criticam acintosamente os antigos.

Para melhor compreender esta questão do embate entre antigos e modernos, tomamos por base a historiadora francesa Joan De Jean, que fomentou essa temática e se aprofundou na referida mudança de paradigma, qualificando-a como sendo muito produtiva para as novas abordagens sobre os temas que nortearam tais discussões, como política, filosofia e até mesmo educação. Sobre essa, De Jean, ressalta ser onde se concentraram os aspectos mais característicos desse confronto intelectual apesar de pouco valorizada. E é nesse sentido que esse trabalho vem contribuir, pelo fato de o “aceitarmos como eixo propulsor para a História do que hoje pensamos ser a modernidade”<sup>78</sup>. Sobre este aspecto em especial, De Jean considera que há indicadores desta mudança:

O mais claro indicador de todo este fermento cultural foi à linguística. Talvez a vantagem mais significativa deste meu exercício comparativo seja a de me ter forçado a permanecer atenta às novas palavras criadas por alguns dos mais proeminentes polemistas da disputa entre antigos e modernos (...) a mudança

<sup>77</sup> Centro Virtual Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu2.html>. Acesso em 17/02/2014.

<sup>78</sup> DE JEAN, 2005. P. 12.

linguística e as revoluções semânticas são em geral acidentais, a maior parte das inovações (...) claramente resultam de tentativas conscientes de desbloquear a língua francesa e de abrir passagem para a inclusão de novos conceitos<sup>79</sup>.

Os escritos de Proença ilustram perfeitamente essa referida tendência moderna destacada por De Jean, pois, apesar de toda preocupação de não ferir a moral cristã e as normas de condutas impostas pelos jesuítas, traz uma série de críticas aos antigos métodos, principalmente quanto à linguagem. Ainda no prólogo de sua obra, Proença faz questão de afirmar que:

Contra os abusos do velho método é que se direcionam os escritos modernos (...). Contra eles se encaminhará a doutrina deste livrinho, principalmente contra o rigoroso castigo no estudo da Gramática, sendo este ordinariamente a única causa<sup>80</sup>.

Para ele, o método carecia de uma reformulação, principalmente por entender que a forma de ensinar jesuítica era difícil e, além disso, visto por todos da mesma maneira. Principalmente devido à utilização da língua que não é comum aos estudantes (o latim):

Todos reconhecem as dificuldades do **método [grifo no original]** comum de ensinar a língua latina, não é a menos considerável aprender os rudimentos da gramática em idioma, que totalmente se ignora, e cujos termos, que parecem absurdos e enigmáticos, são dificultosos de imprimir e conservar na memória<sup>81</sup>.

A crítica à Gramática chega, inclusive, a seus conteúdos, pois os próprios Jesuítas mais modernos reconhecem isso e da mesma forma a criticam, afinal é notório que:

As definições gramaticais ordinárias nos rudimentos são tão imperfeitas, obscuras, absurdas, como reconheceram os melhores gramáticos Scaligero, Vossio, e agora modernamente o Padre Buffier da Companhia de Jesus<sup>82</sup>.

Além do exposto, devemos destacar que ao analisar os registros de Proença, é possível constituir um mecanismo de análise pocockiana, conforme afirma Marcelo Gantus Jasmim:

Neste registro, as relações entre, por um lado, a gramática que permite as varias construções linguísticas (idiomas ou sublinguagens) num determinado período e, por outro, as *performances* [grifo no original] específicas – por vezes subversivas da própria gramática – desempenhadas em seu interior, constituiria

---

<sup>79</sup> Idem, p. 13.

<sup>80</sup> PROENÇA, 1734, p. 11

<sup>81</sup> Idem, p. 19.

<sup>82</sup> Ibidem.

o *locus* privilegiado de análise pocockiana.<sup>83</sup>

Retomando a obra de Proença, é notório que ele critica ainda, a falta de utilidade do método e o ensino utilizado pelos antigos, jesuítas, por acreditar que os mesmos não preparam nem atendiam aos princípios da sociedade civil. Ao fazer referência a Locke, coloca a prática do estudo como objetivo que não deve ser perdido de vista:

Venturosos dos que tiverem pessoas capazes de lhe responder a propósito, pois sem aparência de mestre, nem de lição, saberão na infância coisas mais importantes, que todas as declinações e conjugações latinas instruindo-os só pelas suas perguntas nos princípios da sociedade civil, conhecimento do País, artes necessárias à vida e costumando-os a imaginar com clareza, e distinção, ou proporção de presteza, julgar solidamente refletir a propósito e inferir, ou inventar com agudeza<sup>84</sup>.

Mesmo com toda crítica promovida por Proença, percebe-se, em diversos trechos de sua obra, que ele tinha um receio de ser perseguido pelos jesuítas. Tal receio pelo poder social e intelectual exercido pelos mesmos pode ser assistido quando o autor menciona que “ainda que aconselhe diferente método de ensinar a língua latina em sua casa a um menino nobre, não me atrevo a reprovar o que se usa comumente nas escolas”<sup>85</sup>.

Tal crítica eram declarações direcionadas aos métodos jesuítas que por serem os mandatários da educação em Portugal na ocasião que as mesmas foram escritas, tinham possibilidade de respondê-las até mesmo em forma de reflexão e reformulação de suas próprias práticas. Neste sentido podemos compreender tais assertivas como sendo uma verbalização de ideias políticas, que entendemos serem reflexo de um moderno. Segundo Pocock:

I shall in due course argue that it is the imperfect character of verbal statements which renders them answerable and human communication possible, and there may be said to exist a Hobbesian kind of obligation to verbalize my acts toward my neighbor so that he may have the opportunity of answering them and I shall

---

<sup>83</sup> JASMIN, 2005, p.30.

<sup>84</sup> Idem, p. 36-37.

<sup>85</sup> Idem, p. 23.

say this in the context of a consideration of politics itself as a language-system and language itself as a political system.<sup>86</sup>

Neste sentido, a obra de Proença pode ser entendida como uma ação e/ou esforço político em prol da modernização do ensino em Portugal, ainda na primeira metade do século XVIII, pontualmente simbolizando uma interpretação portuguesa às Luzes, ao menos no discurso.

Na obra *Verbalizing a political act of speech*, Pocock ao tratar do discurso de Brutus, deixa claro que as palavras proferidas invocam todo um contexto que vem justificar suas ideias e ações políticas pretendidas e defendidas através do discurso, percebido e ao mesmo tempo relacionada com o vocabulário, e mais especificamente, as palavras escolhidas para serem utilizadas:

But the intention and the performance require, to give them meaning, the sort of qualifying context which the words invoke; they require it for reasons lying deeper than even the need for justification. In using so potent a word as "tyrant," Brutus invokes a whole world of reference structures, into which his other words, his intended act, and his verbalized state of consciousness now enter in such a way that it qualifies them all.<sup>87</sup>

### **2.3 – Verney e o Verdadeiro Método de Estudar.**

Filho de pai francês e mãe portuguesa, Verney, foi aluno do Colégio de Santo Antão e membro da Congregação do Oratório. Formou-se Teólogo em Évora, num momento onde a Universidade de Coimbra passava a monopolizar o processo de formação educacional dos ditos “Estudos Maiores”. Foi um dos “estrangeirados”, assim como Proença, indo para Roma com objetivo de doutorar-se em Teologia e Jurisprudência. Lá, teve contato com as ideias que iluminavam a Europa, mas, sob a égide da Ilustração Católica que vigorou na Itália<sup>88</sup>. Para ilustrar o seu envolvimento com tais ideias, a historiadora brasileira Claudia Cristina Azeredo Atallah afirma que Verney “viveu quase toda sua vida intelectual na Itália, aonde chegou a ser admitido na Arcádia

---

<sup>86</sup> POCOCK, 1973, p.28.

<sup>87</sup> Idem, p. 30.

<sup>88</sup> CARDOSO, 1998, p. 1.

Romana, utilizando o pseudônimo de Verenio Orgiano”<sup>89</sup>.



**Figura 2:** Pe. Luis Antônio Verney (1713 – 1792). Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$luis-antonio-verney](http://www.infopedia.pt/$luis-antonio-verney). Acessado em 30.03.2015

A publicação de sua obra em 1746 ocorreu numa conjuntura marcada pelas novas experiências culturais vivenciadas pelos portugueses, direcionada por uma aristocracia ansiosa por exercer seu controle rumo ao desenvolvimento do país. Para tanto, esforçavam-se importando artistas e intelectuais estrangeiros, que proporcionaram os primeiros passos do crescimento cultural que veio se tornar uma das características marcantes da Ilustração Católica. Sobre a referida publicação:

Em 1746 é publicado o Verdadeiro Método de Estudar, de Luís Antônio Verney, um ataque voraz ao ensino ministrado em Portugal, que era dominado pelos padres inacianos. Verney fazia parte da Companhia de Jesus, entendia que os métodos utilizados nos colégios portugueses eram extremamente ultrapassados para época. A primeira edição esgotou-se rapidamente, com o aula de D. João V, os métodos de Verney iriam ser de grande importância para o futuro do ensino em Portugal e até mesmo para o ensino contemporâneo, já que representava uma ruptura com os métodos pedagógicos tradicionais<sup>90</sup>.

Nesse momento faz-se necessário resgatar a ideia já discutida no capítulo anterior, de

<sup>89</sup> ATALLAH, 2006, p, 56.

<sup>90</sup> Idem, p. 57.

que quanto ao caso português, existem diversas linhas de interpretação e em especial duas correntes de pensamento que defendem de maneira diferente a Ilustração Católica. Ao permitir a distribuição da obra de Verney, D. João V se coloca a favor da interpretação despótica esclarecida, que de maneira divergente dos Jesuítas, pretendia modernizar o Estado promovendo a manutenção do *status quo* aristocrático lusitano. Para isso, deveria permitir o surgimento de ideias que fossem uma alternativa ao pensamento ultramontano, majoritário entre os Jesuítas. Afinal, reforçaria a autoridade e superioridade do Rei e do Estado frente às instituições, principalmente da Companhia de Jesus, e para tal deveria auxiliar na construção de uma razão e um saber que arregimentasse a ordem pretendida.

A obra de Verney enquadrava-se perfeitamente nessa necessidade do Estado, será justamente por isso que aquela será *a posteriori* direcionadora das Reformas dos Estudos, adotada pelo Estado Português e dirigida pelo Marquês de Pombal. Isso ocorre, pois nela encontram-se indícios de princípios lockeanos de dissociação entre política e religião.

O jesuíta constrói seu método com bases no sistema cultural que fundamentou as obras de John Locke, nas quais a importância dos sentidos para elevação da inteligência humana seria fundamental, afastando as discussões políticas das esferas religiosas, legitimando uma moral de caráter utilitário e pragmático. Portanto a pedagogia de Verney aborda antes de tudo a razão como fundamento para a construção de uma ética baseada no direito natural de Grotius, longe da metafísica, baseada no próprio comportamento humano<sup>91</sup>.

Neste momento cabe questionar se o que ocorreu pode ser considerada uma tentativa intelectual e filosófica de superação do pensamento neotomista por intermédio do utilitarismo de John Locke? Afinal havia naquele a defesa da ideia aristotélica de que o Estado deveria reconhecer que sua soberania vem do povo, sendo esse soberano? De fato os poucos indícios não permitem que afirmemos isso de maneira contundente, mas que de fato havia uma forte tendência neste sentido. Afinal essas influências dos grandes pensadores podem ser percebidas claramente na obra de Verney, devemos por isso destacar que:

O conceito básico para suas posições é a utilidade, grande força motriz de toda

---

<sup>91</sup> Ibidem, p. 61.

obra. As suas páginas revelam um ideal filosófico recebido de John Locke, principalmente do seu Ensaio sobre o entendimento humano, logo resultando numa desvalorização da metafísica, um ideal científico inspirado na concepção experimentalista de Newton e no holandês Boerhave, e um pensamento pedagógico que revela estudo de feição racionalista na linha dos pensamentos sobre educação de Locke ou dos franceses Rollin, Fénelon ou Lamy<sup>92</sup>.

O que fica claro ao analisar a obra é que as críticas promovidas por Verney eram direcionadas aos métodos das escolas, além disso, pontuavam de maneira clara a necessidade de superação do método que não fazia mais sentido para o Estado português que urgia por modernizar-se, subtendendo desta forma que tais influencias podiam sim estar presentes.

Verney chega a utilizar o termo “luz” deixando mais evidente a compatibilidade das ideias dos modernos portugueses com a conjuntura das Luzes. Logo no início de sua obra ele convoca os Padres para as Luzes e o Moderno ao clamar que “Saíam à Luz, Reverendíssimos Padres, as cartas eruditas de um autor moderno”<sup>93</sup>.

#### **2.4 – Modernizar é preciso...**

Durante a primeira fase da ilustração portuguesa, é possível perceber o embate entre antigos e modernos. Desses, surgiram às primeiras ideias, dos modernos, acerca da formação e estudos da mocidade portuguesa. Evidenciadas de maneira recorrente nas obras de Proença e Verney, percebidas nas críticas aos métodos jesuíticos.

Para ambos os citados “estrangeirados” fazia-se necessário à superação dos antigos métodos e adoção de novos, presente nas suas respectivas obras que valorizam o moderno em detrimento do antigo. Interessante perceber que a proposta de algo mais moderno aponta para as descobertas que marcaram o período:

Grandes e admiráveis são os inventos modernos, a agulha de mariar, a impressão, e a artilharia, apenas são uma pequena mostra do muito que os modernos tem adiantado as artes, e o conhecimento da física, da astronomia, da Geometria, e da álgebra, mas excetuando estas ciências é necessário seguir os primeiros sábios<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> CARDOSO, 1998, p. 3.

<sup>93</sup> VERNEY, 1746, p. 1.

<sup>94</sup> PROENÇA, 1734, p. 27.



As críticas de Proença expostas acima estão, em sua maioria, voltadas a necessidade não atendida de o Reino português acompanhar a tendência europeia de modernização. Já as de Verney elegeram a linguagem e a gramática de maneira específica como ponto principal de embate entre antigos e modernos.

Verney justifica categoricamente que o ensino de gramática, ou seja, a língua portuguesa, seria a principal fonte de modernização, primordial para outros conhecimentos que seriam necessários para alcançar os objetivos portugueses:

Começo, pois, nesta carta, pela gramática que é a porta dos outros estudos da qual depende a boa eleição dos demais. Porque muitos não entendem o que significa este nome, por isso não fazem grande progresso na gramática<sup>95</sup>.

A preocupação de estar sempre compatível com a conjuntura de modernização europeia do período em questão é evidente nestes autores, principalmente ao falarem de suas concepções modernas sobre os estudos e a Educação, como percebemos em Proença:

Esta matéria se deve consultar com **anatômicos** doutos, e não se governar cegamente pela moda, o mesmo inconveniente se seguem, ainda que em partes menos nobres<sup>96</sup>[**grifo nosso**].

Para os Modernos portugueses, como Verney especificamente, o método utilizado pelos antigos era ultrapassado e ineficiente dentro de uma perspectiva dos fins, que seriam a formação de uma mocidade que serviria ao Império português. Ao falar do novo método que sua obra propõe, opta por defender sua eficiência prática criticando o método antigo sob esta mesma ótica:

O que eu posso segurar a V. P. é que com este método, aprende-se em um ano mais gramática, do que não sabem muitos que ensinam há trinta anos, ou passariam nela toda vida. É erro persuadir-se que um homem ou deva, ou possa ter presentes todas as regras, que se acham na gramática de P. Alvares<sup>97</sup>.

Tendo a modernização como temática central de suas respectivas obras, Proença e Verney se utilizam de jogos de conceitos, como podemos perceber acima, onde de um lado teria toda uma estrutura antiga, responsável por Portugal estar na situação que se

---

<sup>95</sup> VERNEY, 1746, p. 4.

<sup>96</sup> PROENÇA, 1734, p. 5.

<sup>97</sup> Idem, p. 58.

encontrava e de outro, os resultados práticos, que deveriam ao mesmo tempo modernizar os homens, que seriam os futuros tomadores de decisão do Estado português, sem perder sobre eles o controle. Mantendo dessa forma a tradição e a raiz do Ideário Político português, ou seja, autoritário, intervencionista, aristocrático e altamente religioso.

Para melhor compreender o significado desses que podemos denominar como atos de fala, é necessário resgatar a ideia skinneriana, trabalhada por Marcelo G. Jasmin:

Skinner reconhece que há intenções e significados que, por ausência de informação contextual, não podem ser recuperados. No entanto, se as intenções a serem recuperadas pelo historiador são aquelas que, por estarem expressas num ato de comunicação bem-sucedido foram legíveis publicamente, as chances de estabelecê-las é grande.<sup>98</sup>

Pois quando fora realizada esta tarefa, não o fizemos apenas como uma tentativa de buscar o que estava na cabeça dos autores, mas sim como tentativa de reconhecer, em meio aos significados estabelecidos de uma determinada época, a intenção de atos de fala específicos.<sup>99</sup>

Dessa forma, o discurso de Verney, assim como as intertextualidades, pode ser analisado como voltado para o objetivo de desconstruir intelectualmente os métodos e práticas jesuítica e desta forma entendido como a continuidade da mudança para o novo iniciado por Proença, que aqui é complementado por aspectos mais específicos como o ensino da gramática propriamente dita, mas sem completamente desconsiderar as influências religiosas já citadas.

Com intuito de ilustrar isso de maneira mais contundente, podemos apontar que foi percebida nos escritos uma referência exagerada às sagradas escrituras. Proença, por exemplo, ao mencionar o poder legislativo, deixa evidente esta característica religiosa exacerbada do ideário político português, pois novamente aparece atrelado ao político, além disso, o racionalismo deve ser maior do que a autoridade de quem o diz:

---

<sup>98</sup> JASMIN, 2005, p.31

<sup>99</sup> Idem.

As pessoas de juízo costumam ponderar a razão do que se diz, e não a autoridade de quem o diz se lhe falta o **poder legislativo**, e soberano, que obrigue a conformar os seus ditames. Quando **manda** ou **dispõem osuperior eclesiático**, ou secular deve ser obedecido [**grifo nosso**]<sup>100</sup>.

Não é somente a obra de Proença que podemos recorrer para inferir sobre este caráter específico discutido por esse trabalho. A obra de Verney também em muito nos serve como objeto inferencial. Afinal é notória toda uma preocupação por parte do referido em deixar claro que apesar das críticas que serão feitas ao longo do texto, ele não é oposição à religião católica.

Prezumo, e com muita razão, que se o autor ouvesse de publicar estes escritos, a ninguém mais os ofertaria, que a essa sagrada religião: visto mostrar a cada passo, o respeito, e veneração que lhe professava<sup>101</sup>.

Retomando ao embate entre antigos e modernos, especificamente sobre isso Verney expõe sua opinião de maneira clara:

Mas é necessário confessar uma verdade, em todo tempo houve dificuldade em se receberem costumes novos, ainda que fossem mais uteis, os velhos não querem ceder dos costumes que uma vez esposaram<sup>102</sup>.

Uma das grandes referências do antigo que foi sistematicamente alvo de Verney foi Manoel Alvares e sua gramática adotada pelos jesuítas portugueses:

Quando entrei nesse reino, e vi a quantidade de Cartapacios<sup>103</sup>, e artes, que eram necessárias, para estudar somente a Gramática, fiquei pasmado. Falando com V. P. algumas vezes me lembro de que lhe toquei neste ponto, e que não lhe desagradaram as minhas reflexões sobre esta matéria. Sei que em outras partes onde se explica a Gramática de Manoel Alvares, também lhe acrescentam algum livrinho: mas tantos como em Portugal nunca vi<sup>104</sup>.

Levando em consideração que para Pocock “os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las”<sup>105</sup> e que as intenções dos autores têm caráter derivado, uma vez que as linguagens funcionam “paradigmaticamente, prescrevendo o que ele [o autor] deve dizer e como dizê-lo”<sup>106</sup>, analisar estas críticas ao método jesuítico nos permite

<sup>100</sup> PROENÇA, 1734, p. 25.

<sup>101</sup> VERNEY, 1746, p. 2.

<sup>102</sup> Idem, p. 5.

<sup>103</sup> Livro grande e antigo em mau estado; calhamaço. Coleção de papéis manuscritos, em forma de livro.

<sup>104</sup> VERNEY, 1746, p.48.

<sup>105</sup> POCOOCK, 2003, p.27-28.

<sup>106</sup> POCOOCK, 1972, p.25.

delinear as ações políticas, no que tange a educação, que pretendiam e propunham os referidos autores para as praticas modernizadoras.

A crítica ao método antigo, mais uma vez pautado na questão da utilidade, da experiência e da prática que é utilizada como argumento contra o método que deveria ser superado para o bem da modernização portuguesa:

Quantos homens acha V. P. que tendo sido mestres de Gramática muitos anos, saibam pegar uma pena e escrever uma página em bom Latim? Responder a uma carta com facilidade e fazer qualquer outra coisa em que seja necessário usar da língua latina? Eu conheço infinitos sujeitos que passaram sua vida neste exercícius e quando escrever Latim servem-se de expressões em tudo bárbaras e indignas de seu exercícius. Outros ainda que tenham eleição de palavras não se despem dos idiotismos da sua língua: que é o mesmo que falar português com palavras latinas<sup>107</sup>.

Principal desejo que lhe diga o meu parecer sobre o método dos estudos deste reino e lhe diga seriamente, se me parece razoável para formar homens que sejam uteis a República, e religião, ou que coisa se pode mudar para conseguir o dito intento<sup>108</sup>.

Estaria nesse momento sendo gerada a interpretação portuguesa da modernidade que veio a se desdobrar num dito iluminismo católico português? Este trabalho não pretende responder essa questão de maneira contundente, mas levantar subsídios para se problematizar essa temática, complementando desta forma o sentido que auxilia na respostada questão suscitada, afinal:

Mesmo quando há muita informação contextual, o que se obtém com a pesquisa histórica [na aplicação da metodologia contextualista] são hipóteses plausíveis que devem se sustentar na erudição disponível, sem a pretensão de resultados últimos que alcancem verdades finais, auto-evidentes e indubitáveis.<sup>109</sup>

## **2.5 – Educação, instrução e ensino: ambiguidades e ferramentas políticas.**

A educação para os intelectuais das Luzes europeias era ferramenta imprescindível para promover as transformações pretendidas, haja vista, que seria por meio dela que as raízes do antigo Regime seriam superadas permitindo a ascensão do terceiro estado à política. Nesse sentido a política e o corpo político deveriam modificar-se, e a

---

<sup>107</sup>VERNEY, 1746, p. 60.

<sup>108</sup> Idem, p. 1.

<sup>109</sup> JASMIN, 2005, p.31.

mudança no campo da educação seria condição *sine qua non* para isso.

No início de sua obra, Proença, quando passa a dissertar acerca de seus apontamentos para a educação, indica as ideias de John Locke, não somente como argumento favorável as suas colocações, como também, uma maneira de inserir suas ideias num contexto mais amplo das transformações que estavam em processamento na Europa do século XVIII.

Assim a educação sempre foi vista pelos iluministas e pelos próceres liberais como sendo o cerne de formação do homem, para torná-lo um indivíduo ativo de sua realidade. Em outras palavras, ligado diretamente a formação com ensino de doutrina que se tornaria útil para um novo devir da política em meio a Europa das Luzes.

Remete-nos, desta forma, que ao mesmo tempo em que as ideias e o termo educação aproximam-se da tendência do liberalismo e das Luzes, não se rompe de maneira plena com o antigo, como é possível perceber nos dicionários de Raphael Bluteau (1712), que trazia educação como “criação para formação dos costumes”<sup>110</sup>, e Silva Pinto (1832) “parte da criação com ensino de doutrina e bons costumes”<sup>111</sup> já em sua obra, Proença se ocupa de falar a respeito dos banhos, da alimentação, o que beber e como beber, etc, logo, ele fora um pouco mais além ao tratar da educação como sendo algo que deve ser entendido de forma associativa ao corpo, a alma e a saúde. Além disso, optou por ressaltar suas ideias preocupando-se inclusive com a alimentação das crianças.

A educação para Proença estava atrelada ao processo de formar e produzir virtudes, dentre elas a sabedoria. Não somente ligada a ideia de educar, mas também tendo como principal fim “adornar de virtudes a alma”<sup>112</sup>.

Mas como ordinariamente na **educação** dos meninos se propõem como fim único [**as virtudes da alma**] o que só pode ser meio para conseguir o verdadeiro fim<sup>113</sup> [**grifos nossos**].

Interessante notar que além da permanência entre as concepções destacadas acima,

---

<sup>110</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>111</sup> PINTO, 1832, n.p.

<sup>112</sup> PRONÇA, 1734, p. 2.

<sup>113</sup> PROENÇA, 1734, p. 7.

ainda teremos a compatibilidade do referido autor com a questão da educação e ensino voltados para a formação de indivíduos virtuosos. E essa, por sua vez, ligada a qualidades que os indivíduos devem adquirir por intermédio da educação:

Prudência, sabedoria, bastando qualquer mediana memória, aplicação, pelo que é maior o numero dos sofistas, que o dos sábios e mais eruditos que os prudentes<sup>114</sup>.

Não é apenas em Proença que isso é perceptível. Em Verney também há referência à educação ligada à virtude, inclusive, de maneira mais explicitamente relacionada à formação política, que seria um dos conhecimentos que tem por base a linguagem e a gramática:

Os mesmos monarcas de Portugal, que sabem justamente estimar a **virtude**, não costumam integrar, a direção da sua consciência senão aos religiosos da Companhia<sup>115</sup> [**grifo nosso**].

A questão que mais chamou a atenção foi pautada na observação, de que, ao mesmo tempo em que buscavam uma nova linguagem, remetiam-se a afirmações ditas por eles como antigas, evidenciada, em diversas ocasiões quando elogiam os grandes feitos da Companhia de Jesus, e ao fazê-lo, os coloca como formadores de virtudes. Para vislumbrarmos melhor a questão da referida contradição, recorreremos ao dicionário de Raphael Bluteau, onde virtude seria “no sentido natural, aquela faculdade ingênita em todos os corpos, e potencias naturais, para produzir os efeitos e operações que dependem das suas propriedades e qualidades”<sup>116</sup>. Apesar de entenderem em alguns momentos a educação como formadora das virtudes, tal qual é compreendido em fins do XVIII e encontrado em dicionários do XIX, não deixam de utilizar esse conceito como ainda era compreendido no XVII e início do XVIII. Perceba o sentido relacionado ao conceito de virtude que encontramos na obra de Verney:

Venceram VV. RR. Não derramando o sangue dos outros, mas o próprio, e com ele escreveram o seu nome não só nos livros da fama, e destas histórias caducas, mas no mesmo livro da vida. E levantaram um padrão naquela pátria, em que as virtudes se estimam, premiam-se dignamente os serviços e a Gloria dos Vitoriosos não morre<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> PROENÇA, 1734, p. 9.

<sup>115</sup> VERNEY, 1746, p. 4.

<sup>116</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>117</sup> VERNEY, 1746, p. 3.

Destaca-se, não muito a frente do trecho citado acima, a utilização da virtude ligada à ideia de instrução, que deve ser adquirida em meio ao processo de formação, concepção estrita ao moderno. "Suave para com os meninos tanto na Instrução das letras, como na disciplina das **virtudes**"[grifo nosso]<sup>118</sup>.

Um dos grandes objetivos desses intelectuais era trabalhar um método que fosse capaz de modernizar nos moldes portugueses, a política, a cultura, as relações de Estado, os estudos e a educação, algo que deveria ser adquirido por meio de virtudes, tais como, a sabedoria e a liberdade:

Não é meu intento diminuir a estimação das letras Latinas, e gregas, mas encaminhá-las ao verdadeiro fim da **sabedoria**, a que pode contribuir a lição dos autores antigos, que oferecem prudentes máximas e ilustres exemplos de prudência, moderação e bons costumes<sup>119</sup>. [grifo nosso]

Considerando que sabedoria era muito ligada ainda à questão da alma e da religião, Bluteau a descreve como “termo teológico, que de ordinário se apropria ao verbo Eterno”<sup>120</sup>, mais uma vez está presente o traço religioso do ideário político.

Para inferir a respeito da modernização política destaca-se o discurso acerca da ideia de liberdade, característica marcante do ideal modernizador europeu que está presente nas obras de inferência desse trabalho. Até a primeira metade do século XVIII a ideia de liberdade estava também ligada a assuntos da alma, mas será apenas a partir da segunda metade do mesmoseculo que tal passará a remeter exclusivamente a ideias políticas. Interessante notar que essa tendência é acompanhada pelos portugueses, mas mantendo a questão dos assuntos da alma como podemos perceber a baixo:

LIBERDADE: estado natural, no qual tem o homem todos os movimentos da sua vontade independentes e livres. Esta é a liberdade da alma<sup>121</sup>.

LIBERDADE: A faculdade que a alma tem de fazer ou deixar de fazer alguma coisa como mais quer. A faculdade de fazer impunemente, e sem ser responsável o que não é proibido pelas leis<sup>122</sup>.

LIBERDADE: Faculdade da alma pela qual pode fazer ou deixar de fazer

---

<sup>118</sup> Idem, p. 15.

<sup>119</sup> PROENÇA, 1734, p. 17.

<sup>120</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> SILVA, 1789, n.p.

alguma coisa. Faculdade de fazer sem responsabilidade o que não é contra as leis<sup>123</sup>.

Tanto em Proença (1734), quanto em Verney (1746) percebe-se a utilização da ideia de liberdade já próxima da concepção encontrada nas definições citadas acima, ligadas as ideias de impunidade quando conveniente. Em Proença, por exemplo, teremos menção à liberdade de expressar ideias mesmo com receio de reprovação e crítica:

E se os leitores prudentes sofrerem benignamente a liberdade, que tomo para dizer o que entendo, deixando-lhe a mesma para me reprovarem, o que não for fundado em sólidas razões<sup>124</sup>.

Ao tratar das punições aplicadas aos estudantes, o autor afirma que:

Uma elegante semelhança, com que o Santo persuadia que se concedesse aos primeiros anos naquela **liberdade**, que lhe convém, e ponderava aos danos do rigor demasiado [**grifo nosso**]<sup>125</sup>.

Apesar da prerrogativa de crítica ao cerceamento presente no imaginário social de rigor e disciplina do ensino jesuítico, Verney deixa claro que havia liberdade de fato, não somente a ponto dos alunos poderem filosofar como até mesmo de jesuítas divergirem uns dos outros:

Mas assim como nem todos os Jesuítas seguem as mesmas opiniões de doutrina mas permitem aos seus meninos a liberdade de filosofar dentro dos limites do justo, e uns são contrários de sentimentos a outros, assim como alguns jesuítas estrangeiros tem reprovado diante de mim o método de Portugal<sup>126</sup>.

Desta forma:

Em resposta a conflitos particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação, cada autor, ao publicar uma obra (...) estaria portanto ingressando num contexto polêmico para definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a realização pratica de suas ideias.<sup>127</sup>

E é por meio desta prerrogativa metodológica acima destacada e por meio da análise até aqui apresentada, pode-se aferir que o ideal de liberdade e sabedoria – o primeiro

<sup>123</sup> PINTO, 1832, n.p.

<sup>124</sup> PROENÇA, 1734p. 10.

<sup>125</sup> Idem, p. 15.

<sup>126</sup> VERNEY, 1746, p. 3.

<sup>127</sup> JASMIN, 2005, p.28.



ligado ao ideário político e o segundo ao religioso –, componentes claros de um sujeito virtuoso, complementam uma ideia de virtude apresentada anteriormente e que se encontra enlaçada com a nova perspectiva de educação do Estado português, que mesmo buscando renovar o método traz ainda na algibeira os antigos traços religiosos, deixando ainda mais evidente à perspectiva de Ilustração Católica.

Nesse sentido teremos também a mesma recorrência quanto ao diversos outros termos e conceitos tal como ensino. Esse é encontrado em Raphael Bluteau como “o que o mestre ensina ao discípulo”<sup>128</sup>. Proença, também utiliza ensino, ligado a ideia do que o mestre ensina ao discípulo:

Talvez a experiência tenha mostrado ser este o mais como do caminho de ensinar ao mesmo tempo um só mestre muitos discípulos diferentes gênios, e idades, destinados a diversas profissões<sup>129</sup>.

É importante remetermo-nos ao significado de liberdade nos dicionários de época, e assim o faremos daqui por diante no trabalho ora em tela, para que não seja cometido o erro metodológico de afirmar ou subtender que um autor “fez ou quis fazer, que disse ou quis dizer, algo que ele próprio não aceitaria como descrição razoável do que disse ou fez”<sup>130</sup>.

Depois do exposto, ainda tratando de ensino, podemos afirmar que, Proença, crendo na liberdade de expor sua opinião, mesmo que de forma comedida, não somente defende a ideia de que o processo de ensino deveria começar mais cedo ao afirmar que “Não dizemos, que de três anos se lhe ensine a Gramática de Manoel Álvares, mas persuadimos, que de menos idade se lhe inculque a virtude”<sup>131</sup>, como também faz considerações sobre o que deveria ser ensinado, além de entender que o mesmo não deveria ser exclusivo das escolas, tal como estava em voga na Europa das Luzes deixando claro o referido jogo de aproximações:

Basta nessa primeira idade ter cuidado em não deixar raízes e hábitos viciosos, e ajudar lentamente as primeiras Luzes da razão, respondendo muito a proposito ao que perguntam, e procurando ratificar, e aclarar as ideias da

---

<sup>128</sup>VERNEY, 1746, p. 3.

<sup>129</sup>PROENÇA, 1734, p. 24.

<sup>130</sup>JASMIN, 2005, p.28.

<sup>131</sup>Idem, p. 28.

primeira idade, que sempre são confusas, e incompletas, e muitas vezes enganosas<sup>132</sup>.

Sem duvida, pode-se afirmar com segurança que o iluminismo, como amplo movimento cultural e filosófico que aconteceu na Europa na era moderna, ao instaurar sua proposta pedagógica, retoma as ideias da natureza humana, da autonomia racional e moral do indivíduo e da perfectibilidade humana<sup>133</sup>.

Nem se diga que aquela idade não é capaz de receber **ensino**, porque a experiência mostra o contrario, é verdade, que ordinariamente não somos nós capazes de lhe dar sem nos primeiros três anos aprendemos sem mestre, nem lição, mais cousas e sem dificultosas que em outro espaço de vida<sup>134</sup>. **[grifo nosso]**

Focando na questão do traço religioso, ao longo de ambas as obras, e conceitos, fica clara a referência à religiosidade, argumento suficiente para inferir a respeito do ideário político católico português como norteador de uma Ilustração Católica Portuguesa, complementadas pelas referências ao pensamento agostiniano como base argumentativa dos autores. Em Proença, por exemplo, quando faz afirmações sobre o ensino não somente faz referência a Santo Agostinho como o faz em Latim:

Reparem os mestres no que diz Santo Agostinho nas suas Confissões, liv.1 cap.14 onde conclui – *hincfatis elucet maioresm habere vim ad ediscendaista liberam curiositatem, quam meticulosam necessitatem* (Tradução: de fato que quanto ao saber, os que tem o poder da curiosidade livre aprendem com esse destino e brilham mais do que os que fazem pela necessidade)<sup>135</sup>.

Na obra deste mesmo autor, a referência intelectual religiosa confunde-se com a necessidade ainda remanescente do período da Renascença de resgatar os clássicos greco-romanos, evidenciando o resquício da modernidade da renascença ainda presente. Citando Aristóteles, ao tratar de características que devem ter o método e o ensino mais adequados, Proença menciona os denominados predicamentos de Aristóteles que podem ser tidos como metafísicos, tais como ação, paixão e relação.

Apesar desse referido resquício, percebe-se também fortes traços da modernidade epistemológica ligada à questão das bases pautadas pela experiência e ideias capazes de libertar o homem para se tornar agente observador não somente da realidade que o cerca, mas como de si mesmo. Neste sentido encontramos tanto em Proença quanto

<sup>132</sup> PROENÇA, 1734, p. 31.

<sup>133</sup> SEVERINO, 2006, p. 625.

<sup>134</sup> PROENÇA, 1734, p. 25.

<sup>135</sup> PROENÇA, 1734, p. 13.

em Verney a aproximação da ideia e importância da experiência e prática para as novas concepções acerca do ensino e do estudo.

Esta valorização da experiência também é encontrada na obra de Verney, quando busca argumentos para criticar a gramática de Manoel Álvares utilizada como base do ensino jesuítico. Volta-se então para a praticidade como forma de argumento a favor de um verdadeiro método de estudar ao afirmar que a experiência deveria enganar os que estudaram por ela, mostrar-lhe que aquele estudo morre com a escola <sup>136</sup>.

Nos textos de Proença e Verney, percebemos também a utilização da ideia de instrução se aproximando de ensino.

Santo Anselmo recomendava muito o modo brando e suave para com os meninos, tanto na **instrução** da Letras, como na Disciplina das Virtudes [**grifo nosso**] <sup>137</sup>.

E ao remetermo-nos aos dicionários de Raphael Bluteau (1712), Antônio Moraes e Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832) perceberemos que esta aproximação ocorre justamente devido ao fato de que o campo dos significados de lição e ensino na linguagem política portuguesa já estava em processo de modernização:

*Instrucçam*: Documentos, ou princípio de doutrina para conhecimento das ciências humanas, como divina, como também para vida moral <sup>138</sup>.

*Instrucção*: Ensino, educação, documento <sup>139</sup>.

*Instrucção*: Documento, ensino, doutrina. Apontamento que se da a alguém para governar <sup>140</sup>.

Em Verney também foi percebido a utilização de instrução da mesma forma utilizada por Proença e destacada acima. Fica então ainda mais evidente a aproximação do significado de instrução com ensino:

Paolo Emílio, aquele grande homem, que destruiu na pessoa de Perseu, o Império da Macedônia, antes de tornar para Roma, pediu aos Atenenses que

---

<sup>136</sup> VERNEY, 1746, p. 58.

<sup>137</sup> PROENÇA, 1734, p. 15.

<sup>138</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>139</sup> SILVA, 1789, n.p.

<sup>140</sup> PINTO, 1832, n.p.

lhe buscassem um excelente filósofo, para acabar de instruir seus dois filhos<sup>141</sup>.

Ao longo das obras dos autores utilizadas como fonte para inferir as devidas indagações, encontram-se muitas críticas ao método jesuítico. Isto ocorre em paralelo com a necessidade de se propor um novo método. Afinal, além de se fazer presente, frequentemente, no vocabulário, a perspectiva da necessidade de renovação do método de ensino, que até o momento era predominantemente jesuítico – considerado, principalmente, pelos modernos estrangeirados e pelos condutores da nova política portuguesa como sendo o antigo – permitiu uma melhor compreensão do ideário político ilustrado católico. Analisar a utilização e os sentidos atribuídos a esse discurso é fundamental para uma compreensão de elementos do discurso em voga.

Método - modo industrioso, ordem, e arte de obrar, discursar ou ensinar com maior brevidade e facilidade; Estudo - casa onde se ensina gramática. Escola<sup>142</sup>.

Método - ordem de disposição dos pensamentos, palavras, raciocínios, partes de algum tratado, ou discurso; Estudo - aplicação de um entendimento para saber alguma arte, ou ciência, reflexão para saber haver-se em alguma coisa<sup>143</sup>.

Método - Ordem especial ou modo de fazer alguma coisa; Estudo - aplicação de entendimento para aprender e saber. Cuidado e aplicação em qualquer coisa<sup>144</sup>.

Proença em 1736 se utiliza da ideia de estudo como algo que se faz para apreender determinado conhecimento, uma espécie de método. Ao falar de seus apontamentos, o autor utiliza-o como algo que foi feito para adquirir determinado conhecimento que agora ele o expunha:

(...) que viu estes apontamentos, e os mandou imprimir, que de alguma forma podiam contribuir para a decadência dos **estudos** filológicos, os quais, e a pureza, e a elegância da língua latina, eram tratados do que esperava de quem em semelhantes **estudos** tinha ocupado parte da vida<sup>145</sup> [**grifo nosso**].

Neste sentido, o autor claramente utiliza estudos como sendo exercícios muito próximos da ideia de um método:

Boa educação deve ser adornar de virtudes a alma, também deve atender a quanto pode adquirir para o corpo, disposição perfeita não só do estudo, como

<sup>141</sup> VERNEY, 1746, p. 5.

<sup>142</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>143</sup> SILVA, 1789, n.p.

<sup>144</sup> PINTO, 1832, n.p.

<sup>145</sup> PROENÇA, 1734, p. 16.

de todos os laboriosos exercícios da vida ativa<sup>146</sup>.

Repare que ao mesmo tempo, utiliza o referido termo ligado a uma ideia já compatível com as transformações inerentes à modernidade que estava em curso, próximo a ideia de método, mas sem abandonar a menção às virtudes e a alma, preocupação marcadamente religiosa.

Para Proença, um método seria algo como uma receita a seguir, que deve ser aplicada para alcançar determinado objetivo, como no caso dos apontamentos para educação da mocidade. Destacamos um fragmento que salienta isso claramente ao afirmar que na educação dos meninos, desejando instruí-los, os pais que vivem nas províncias, ignoram o método que devem seguir na educação<sup>147</sup>. Em seus apontamentos encontramos diversos outros momentos que evidenciam o mesmo:

O método de aprender Latim só com o frequente uso, e exercícios sem mais arte, nem livro gramático, que uma taboa das conjugações, e declinações, parece o mais próprio para um menino Nobre, que não há de fazer profissão de gramático<sup>148</sup>.

Além do exposto, evidencia da mesma forma a questão da experiência e praticidade dos fins pretendidos pela aplicação do método novo sugerido em forma de apontamentos. Desta forma Proença utiliza-se da linguagem e deixa-nos evidente verbalizações na tentativa de modificar as percepções a cerca de ensino, que ao serem analisadas pela perspectiva pocockiana:

He [o autor] is communicating with a hearer, who happens to be himself. He is acting upon himself-the first person "I"-by forming his intention as an act of verbalization; but this he does by communicating information concerning that intention to a second person-himself as hearer-who is in turn acted upon by being made the receiver of information which is bound, as it is intended, to modify his perceptions of the world.<sup>149</sup>

Voltando-se para as verbalizações em si, na obra de Verney, encontra-se também algo muito próximo ao percebido e inferido na obra de Proença, principalmente quando trata das tendências e estudos da mocidade que surgiram de novas gramaticas, Verney aponta que não houve uma propagação efetiva das mesmas e no seu entender:

---

<sup>146</sup> Idem, p. 2.

<sup>147</sup> Idem, p. 8.

<sup>148</sup> Idem, p. 21.

<sup>149</sup> POCOCK, 1973, p.30.

A razão porque não se propagou mais é porque pela maior parte dos **estudos** da Mocidade, são dirigidos por alguns religiosos, que seguem outras opiniões<sup>150</sup>[grifo nosso].

No prólogo de seu texto, ele afirma que as cartas que compõe sua obra foram organizadas de tal modo e “encadeiam-se tão bem uma com outras, que servem lhes chamar, um método completo de estudos, podem servir para todos; mas especialmente são proporcionadas, ao estilo de Portugal”<sup>151</sup> tornando evidente o esforço mencionado anteriormente de produzir uma ilustração católica portuguesa que manteve raízes no ideário político religioso ao mesmo tempo em que se modernizava promovendo o referido efeito cascata de modernidades defendidas por Gumbrecht.

O trecho acima, retirado da obra de Verney, é apenas um dos que nos permitem apontar para ideia defendida por esse trabalho no seu primeiro capítulo, que é a possibilidade da questão quanto ao embate com os jesuítas estar atrelada ao fato de os mesmos defenderam uma interpretação ou vertente de ilustração católica que não era de interesse do Estado português. Para podermos afirmar algo mais contundente neste sentido será necessário dar continuidade a esse trabalho.

No entanto o que é possível afirmar a partir de todo o exposto neste capítulo é que Proença e Verney com suas obras são exemplos claros de uma tendência portuguesa de modernização. São fruto de todo um esforço intelectual, que passou a receber apoio do Estado a partir de Pombal, por fazê-lo de acordo com o interesse de manutenção de não somente um *status quo*, mas também de um ideário político religioso.

Haja vista o exposto pode-se afirmar que é perceptível que estava em curso uma mudança nas influências políticas. Que havia um esforço português de seguir a referida tendência de modernização que estava em voga em alguns países europeus, e de formar algo adaptável a sua necessidade atrelada ao ideário político com fortes traços religiosos e tradicionais.

No entanto não podemos acrescentar muito ainda a respeito das ideias políticas em si, que exigiria um trabalho a parte, apenas identificar a inserção da cultura e produção

---

<sup>150</sup> VERNEY, 1746, p. 51.

<sup>151</sup> Idem, p. 2.

intelectual portuguesa com características peculiares. Nesse sentido, figura como exemplo, o evidenciado jogo de conceitos e significados utilizados na mesma obra e pelos mesmos autores com significados que oscilam entre o antigo e o moderno.

A linguagem política em questão se adaptava a realidade europeia das Luzes? Buscava interpretar as tendências predominantes? Ou estava tentando recuperar-se por ter ficado para trás em meio às transformações? Precisariamos dar continuidade a esta pesquisa por mais tempo para responder as duas primeiras questões de maneira mais contundente, no entanto é possível já afirmar que Portugal não estava ficando para trás, mas sim promovendo um esforço para adaptar a referida realidade ao seu ideário político desenvolvendo uma veia das Luzes a seu modo, uma Ilustração Católica Portuguesa, como já afirmamos no primeiro capítulo.

A partir daqui, há de se discorrer e analisar a obra do terceiro exponencial do período, o médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches. Tal análise visa comparar a produção anterior ao mesmo, escritas por Verney e Proença, com a realizada pelo referido autor. Desta forma será possível compreender as diferenças entre a primeira e a segunda fase da ilustração católica em voga no Reino português, assim como também destacar àquelas ideias características do mesmo que na segunda fase encontram-se mais voltadas para a tentativa de justificação das novas práticas tida como modernas.

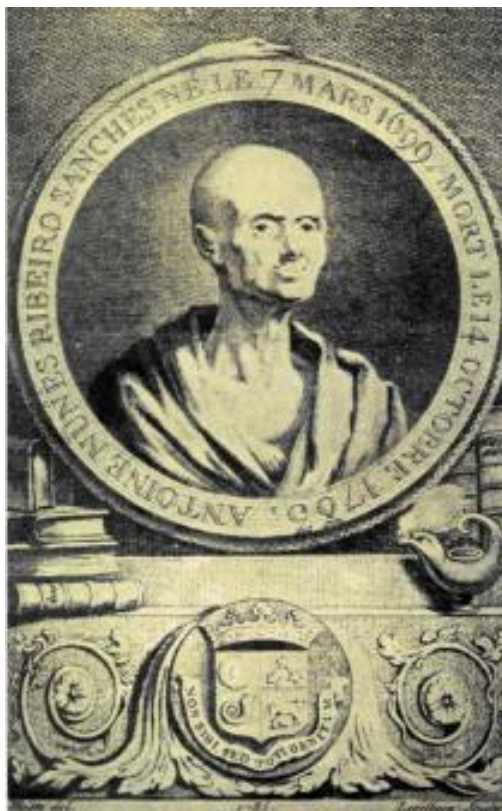
## CAPÍTULO III: OS FRUTOS DA REFORMA.

*“Num país enlanguescido nos torpores da beatice, paralisado de inércia e de vangloria entre os cocares da sua epopeia náutica, surgiram nas letras alguns espíritos luminosos carregando noções novas, ensinando o exame científico dos problemas apurando dos erros da tradição e semeando os germes da verdade. Foi um belo espetáculo: o progresso contra a rotina, a justiça contra a fraude, a civilização contra a barbárie, a razão contra a mentira”<sup>152</sup>*

---

<sup>152</sup> SANCHES, 1760, p. 7.





**Figura 3:** António Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783). Disponível em: [http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro\\_sanches.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.htm). Acesso em: 30.03.2015.

As palavras retiradas do prefácio da obra *Cartas para educação da mocidade* de autoria de Antonio Nunes Ribeiro Sanches<sup>153</sup>, reorganizada no início do século XX, ilustra bem o que até o momento vem sendo compreendido como “embate entre antigos e modernos”. Esse capítulo é uma tentativa de organizar uma linha de argumentação que possa evidenciar as diferenças marcantes entre o pensamento ilustrado português, oriundo da primeira fase, com os que surgiram genuinamente na segunda fase, adjetivado como reformista, fruto do desdobramento pratico das ideias que foram utilizadas convenientemente por Pombal desde a já mencionada expulsão dos Jesuítas em 1759.

<sup>153</sup> Optou-se por tratar no capítulo 2 dos autores Luis Antônio Verney e Martinho Proença dado ao fato dos mesmos estarem inseridos em um período concomitante a, aqui denominada, primeira fase da Ilustração portuguesa. Já Antônio Nunes Ribeiro Sanches é personagem da denominada segunda fase. Dado o exposto justifica-se a análise conjunta no primeiro momento e independente nesse.

A escolha de Ribeiro Sanches e sua obra para a análise e inferência sobre a ilustração portuguesa foi pontual principalmente por sua trajetória. Ao pesquisar sobre sua vida e obra há de se perceber que era um racionalista crítico e que nada escapava de suas assertivas, tendo escrito e se ocupado de diversos temas. Em 1726 publicou *O discurso sobre as águas de Penha Garcia*<sup>154</sup>, em 1751 publicou sua dissertação sobre doenças venéreas, cinco anos depois escreveu um tratado sobre a conservação da Saúde dos povos, publica a obra *Cartas para Educação da Mocidade* em 1760 e na sequência de suas preocupações pedagógicas escreveu e publicou em 1763 o *Método para aprender estudar Medicina*.

Segundo o prefácio da edição selecionada, Sanches escreveu monografias clínicas, inferiu sobre história e pedagogia em suas obras, dissertou sobre agricultura, mercado, filosofia, doenças venéreas (sífilis), religião, comércio e até a colonização do Brasil passaram por sua *pena* crítica e racionalista.

Nascido em 7 de março de 1699, Antônio Nunes Ribeiro Sanches desde a mocidade era muito bem instruído. Aos 12 anos conhecia o latim, a gramática, falava castelhano e conhecia muito bem a história de Portugal<sup>155</sup>. Estudou filosofia em meio ao ensino jesuítico e aos 16 anos foi para Coimbra. Lá, segundo o bibliógrafo do século XX Diogo Barbosa Machado, começou sua vida de formação com vistas a aprender um ofício, e matriculou-se nas cadeiras de Medicina que desgostou rapidamente e em 1719, três anos após sua chegada a Coimbra, partiu para Salamanca onde pôde concluir seus estudos<sup>156</sup>. Toda sua crítica à pedagogia jesuítica vem de sua aparente insatisfação com o ensino que ele mesmo foi submetido na Universidade de Coimbra, tendo concluído seus estudos na Universidade de Salamanca em 1724. Após isso:

---

<sup>154</sup> Penha Garcia é uma pequena cidade localizada na freguesia de Idanha-a-Nova e incrustada em um monte homônimo. É conhecida por suas termas e fontes de águas naturais, que, desde o Império Romano são utilizadas como casas de banho. De acordo com relatos, as propriedades minerais dessas águas, oriundas do rio Erges, possuem benesses curativas e o discurso redigido por Ribeiro Sanches tem vistas essas propriedades, que, ao que consta, auxiliaram o próprio Sanches em curas pessoais quando o mesmo, em algumas ocasiões, visitou Fonte Santa, uma das inúmeras que compõe o complexo de Penha Garcia.

<sup>155</sup> Idem, p. 17.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 18.

Vindo de Salamanca, se fixou em Benevente; e que, nos dois anos seguintes, exerceu clínica nesta vilória ribetejana, sita nos subúrbios de Lisboa. Mas pouco tempo se manteve entre os compatriotas: nos fins de 1726 embarcou no Tejo, com tensões de habitar em Londres. Nunca mais voltou<sup>157</sup>.

O próprio Ribeiro Sanches, ao falar de sua trajetória em muitos de seus manuscritos, classifica-se como *errante*. Depois de se estabelecer em Londres, ainda viajou muito pela Europa, tendo contato com diversas culturas e ideias que pululavam no século XVIII:

Após breves passagens por Génova, Montpellier, Londres (onde dou aulas e exerço medicina nos hospitais) e Bordéus, chego a Leiden, na Holanda, onde assisto às aulas do célebre HermannBoerhaave (1668-1738), considerado o maior professor de medicina do seu tempo, para onde muito dos estudantes e doentes de todo o mundo se dirigem. Aqui torno-me, movido pela curiosidade científica, um dos seus discípulos dilectos mais distintos, deixando também de viver como judeu, a cuja fé já havia renunciado.

Em 1731, sob a sua incumbência parto para a Rússia. Aí exerço importantes cargos como médico, acompanhando as expedições dos exércitos imperiais e, depois, no Corpo Imperial dos Cadetes de São Petersburgo (colégio reservado à mais alta aristocracia russa), tendo por último sido nomeado médico da czarina Ana Ivanovna. Ao mesmo tempo correspondo-me com os melhores espíritos europeus da época.

Na Europa, sopram já os ventos do Iluminismo (os filósofos que difundiam o novo espírito do século julgavam-se promotores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas); este movimento vinha ganhando expressão nos escritos de vários livres-pensadores: John Locke, Montesquieu, Denis Diderot, Voltaire e outros.

A longa permanência na Rússia (tendo participado na campanha militar de Azoff – Crimeia) e o contacto com os seus diferentes povos e raças permitem-me fazer importantes observações etnológicas que comunico a Buffon e que são por ele referidas no 3.º Volume da sua História Natural.

Em 1747, de regresso a Paris, fugindo às intrigas da corte czarista, sou recebido por Frederico o Grande da Prússia. É-me atribuída uma tença por Catarina II da Rússia<sup>158</sup>.

Tal percurso e experiência de vida são suficientes para atribuir autoridade ao discurso de Sanches a respeito da Educação em Portugal justificando assim a escolha de sua obra como fonte a ser analisada nesse trabalho. No entanto, o que motivou a escolha

---

<sup>157</sup> Idem, p. 24.

<sup>158</sup> NABAIS, João Maria. Ribeiro Sanches: um estrangeirado na Europa das luzes – 1699 – 1783. Disponível em: [http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro\\_sanches.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.htm) acesso em: 29/01/2015

da mesma foram dois outros fatos: o primeiro é que as cartas sobre a educação da mocidade de Ribeiro Sanches foi o único dentre as obras de referência da reforma pombalina que fora escrita e publicada em meio aos acontecimentos, atribuindo a ela um caráter diferenciado por acreditar que dessa forma seria possível inferir sobre as ideias de inovação e modernização das práticas pautadas nos avanços e dificuldades oriundas do que estava em curso; segundo, por poderem ser utilizadas para inferir também sobre a segunda fase da ilustração portuguesa mapeando dessa forma, de maneira sincrética, as linguagens utilizadas entre ele e os intelectuais trabalhados nos capítulos anteriores.

### **3.1 – As cartas que não eram náuticas.**

Apesar de não terem tido a mesma repercussão para a Europa como as náuticas portuguesas, as cartas de Antônio Nunes Ribeiro Sanches apresentaram elucubrações acerca das práticas modernas do ensino e foram pontuais no que tange aos métodos, foram publicadas em meio à conjuntura específica de Reformas no ensino e servira, de base para as reformas que foram colocadas em curso em Portugal a partir da expulsão dos Jesuítas, sendo, por esses três motivos, muito relevantes para analisar o objeto em questão.

Além disso, vale ressaltar que, diferente do que foi realizado no capítulo anterior no que tange as obras dos autores analisadas, neste capítulo, ao tratar da obra de Ribeiro Sanches, não será dado ênfase ao vocabulário e conceitos com seus significantes e significados, mas sim voltaremos a análise para as intertextualidades contextualizadas, relacionando-as primeiramente de maneira comparativa com os registros de Verney e Proença assim como em segunda estância com as proposições reformistas de características específicas e diferenciadas daqueles.

Segundo o professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Jean Luiz Neves de Abreu, as ideias de Ribeiro Sanches se inseriram em meio a um contexto de crítica à cultura portuguesa.

Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII a cultura científica esteve atrelada ainda a modelos medievais. Sabe-se que no Renascimento ocorrem mudanças na forma de ser do homem. Suas relações com a natureza e com os outros homens alteram-se drasticamente. As ideias e conceitos de Humanismo, Filantropia, Razão e Ciência surgem no século XV e XVI, na França, Alemanha e Inglaterra, mas ganham força e abrangência supranacionais no século XVIII<sup>159</sup>.

Completando o evidenciado acima, Jean Luiz, além das ideias e sugestões pedagógicas, aponta que a obra de Ribeiro Sanches tratava-se também de uma proposta de formação política de vanguarda em Portugal. As contribuições nesse sentido foram substanciais à medida que:

Seus apontamentos críticos com um profundo sentimento de desgosto acerca da questão do arcaísmo que se encontrava a pátria são de importância ímpar para compreendermos a formação daquilo que podemos considerar “vanguarda” ilustrada portuguesa<sup>160</sup>.

O fato é que politicamente a publicação das ideias contidas na obra de Sanches foi conveniente a um grupo de políticos que precisavam justificar intelectualmente suas ações despóticas, mesmo que esclarecidas, objetivando a manutenção do *status quo* arcaizante.

Diferentemente das obras analisadas nos capítulos anteriores, as *Cartas para educação da mocidade* fala abertamente sobre questões políticas ligadas ao Estado, apontando diretamente não somente críticas ao Estado português, sob influência dos jesuítas, como também sugerindo novas práticas.

Ajuntam-se a estes inconvenientes que o nosso Estado atualmente é uma mistura da constituição gótica e da constituição daquelas monarquias, das quais a base consiste no trabalho e na indústria: porque, conservando as conquistas e as colônias que temos, somos obrigados a conservá-las pela agricultura e pelo comércio. E para fundar estes empregos e conservá-los, como base no Estado, necessitamos derogar as leis góticas que temos, que se reduzem aos excessivos privilégios da nobreza e à imunidade dos eclesiásticos as quais contrariam sempre todo bom governo civil<sup>161</sup>.

Isso é perceptível ao mencionar a influência eclesiástica na política. Nas cartas, em

---

<sup>159</sup> ABREU, 2012, p. 5.

<sup>160</sup> Idem, p. 9.

<sup>161</sup> SANCHES, 1760, p. 89-90.

diversos trechos, Ribeiro Sanches ao discutir tal influência como sendo perniciosa apresenta um vocabulário que demonstra sua concepção de Estado ligado à pátria ao invés de Reino.

Deste modo é que fizeram leis de disciplina que existem nos decretos decretais; erigiam-se Universidades com os seus estatutos eclesiásticos, onde aprendiam aqueles súditos que haviam de servir a **pátria** nos cargos de conselheiros de Estado, de secretários de Estado, de magistrados, de Juizes, advogados, embaixadores, enviados e etc<sup>162</sup>[**grifo nosso**].

Outro ponto interessante de se destacar é que em Ribeiro Sanches, notoriamente, educação e ensino foram desatrelados das virtudes, o que constantemente foi percebido e destacado nas concepções de Proença e Verney. Para esses a educação era voltada para a prática das virtudes, ideia muito próxima ainda do ideário político com fortes traços religiosos presentes nas obras do que aqui denominamos como primeira fase da ilustração portuguesa.

Mas não eram totalmente díspares as concepções dos ilustrados nos dois momentos da ilustração portuguesa em questão. Em Ribeiro Sanches também é possível perceber aproximações de ideias e concepções que são encontradas em Proença e Verney, a concepção de educação, por exemplo, também esta atrelada à formação para servir o Estado.

Ao promover a crítica ao antigo método, Ribeiro Sanches, destaca o fato de esse impossibilitar à mocidade de dedicar-se a pátria, demonstrando que a educação estava sendo utilizada, por ele, num sentido mais próximo a ensino, como podemos constatar no dicionário de Antônio de Moraes e Silva publicado em 1789: “Ensino: Instrução educação, urbanidade, conselhos, direções”<sup>163</sup>, da mesma forma que encontramos em Verney: “quanto as regras, o que diz da analogia das vozes parece-me mui bem e pode-se ensinar com utilidade”<sup>164</sup>. No entanto naquele, a palavra *pátria* surge como diferencial.

Apesar de no dicionário do Padre Raphael Bluteau publicado em 1712, de Antonio de

---

<sup>162</sup> Idem, p. 91.

<sup>163</sup> SILVA, 1789, n.p.

<sup>164</sup> VERNEY, 1746, p. 11.

Moraes e Silva de 1789, Luiz Maria da Silva Pinto de 1789, Pátria e Reino remeter ao lugar onde se nasceu, em Proença e Verney optou-se pela utilização de Reino, enquanto em Ribeiro Sanches a palavra utilizada foi Pátria, evidenciando desta forma uma tendência de modificação do ideário político que estava em curso na passagem da primeira para segunda fase da ilustração portuguesa.

O meu intento é propor, e persuadir mesmo, que seja boa e útil à sua **pátria**, considerando as ciências que há de aprender como meios, mas não por ultimo fim<sup>165</sup>.**[grifo nosso]**

Lembrando-me eu de alguns que me disseram muito mal do grande serviço que fez ao **Reino** P. Bluteau, compondo o seu vocabulário<sup>166</sup>.**[grifo nosso]**

Outra diferença foi o fato das criticas ao antigo terem sido polarizadas na política e nas leis no caso de Ribeiro Sanches, diferente de Proença e Verney que ficaram voltados para o método de ensino. O cunho político da linguagem e do discurso daquele, é desta forma, mais uma evidência da já mencionada mudança do ideário político português. Isso não isenta o clero das criticas de Ribeiro Sanches, mas mesmo quando o fazia, tratava especificamente dos impactos políticos destes para o Estado.

Mas as imunidades dos eclesiásticos, expressadas nas Ordenções, destroem toda subordinação, toda igualdade e toda justiça do Estado Civil. Que a pessoa do ministro da religião seja respeitada, considerada, que fique isenta de todo cargo público e de servir pessoalmente ao Estado, é da obrigação do Estado Civil Cristão; mas que os seus criados comprem e vendem, estejam privilegiados, não pagando nas alfandegas, etc., como pagam os leigos, isso é arruinar o Estado Civil e, por ultimo, destruir a santidade da Religião<sup>167</sup>.

Esse trecho torna evidente e permite argumentar o porquê da obra de Ribeiro Sanches ser crucial para as Reformas Pombalinas. A postura supra nacionalista papal da vertente jesuítica da ilustração portuguesa está sendo duramente criticada e dessa forma corrobora com os objetivos não somente educacionais mais também políticos de Pombal, afinal “os eclesiásticos, por estas imunidades e pelas leis do direito canônico e pelos privilégios dos nossos reis, se consideram uma certa monarquia cujo o Rei era o Papa”<sup>168</sup> e isso não era compatível com as práticas e ideias pombalinas que compunham a base intelectual argumentativa, que foi utilizada por Ribeiro Sanches.

---

<sup>165</sup> SANCHES, 1760, p. 96.

<sup>166</sup> VERNEY, 1746, p. 1-2.

<sup>167</sup> SANCHES, 1760, p. 98.

<sup>168</sup> Idem.

Além disso, de certa forma ao tratar dos efeitos destes privilégios políticos, coaduna com o descrito no Decreto de expulsão dos Jesuítas de 1759, que os responsabiliza pela situação vivida no Reino de Portugal, como pode ser percebido:

Os efeitos que causam estas prerrogativas nos ânimos dos súditos são perderem o hábito de exercitarem sua obrigação nos seus cargos, contra o juramento que deram quando entraram neles. Depois perdem aquela inviolável veneração que devem ter para as ordens de seu soberano vicia maior que pode haver em uma monarquia<sup>169</sup>.

Declaro os sobreditos regulares [clero] (...) rebeldes, traidores, adversários e agressores que estão contra a minha real pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos (...) mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios<sup>170</sup>.

O que se pode afirmar é que, independente de serem homens doutos pertencentes à primeira ou a segunda fase da ilustração portuguesa, havia notoriamente um ambiente de crítica ao status em que se encontrava o Estado Português, cuja culpa no discurso estava sendo atribuída aos jesuítas, e de maneira específica a segunda fase, enfatizou a situação política como sendo o maior prejuízo causado pelos mesmos.

### 3.2 – Mais do mesmo: as velhas ideias

Após destacar a diferença no que tange ao cunho político do discurso e da linguagem utilizada por Ribeiro Sanches em comparação com Verney e Proença, faz-se necessário analisar os resultados obtidos a partir da aplicação do método contextualista histórico em sua obra, que também inferia sobre educação, por acreditar que desta forma nos foi possível mapear as linguagens do ideário político português que continuavam evidenciando em grande parte as mesmas ideias, porém, com uma nova roupagem.

Ribeiro Sanches, diferentemente dos intelectuais que publicaram suas ideias sobre educação, dedicou uma grande parte de sua obra a um estudo histórico de Portugal e da Europa, utilizando-se desse argumento como prelúdio do que iria apresentar como

<sup>169</sup> Idem, p. 99.

<sup>170</sup> PORTUGAL, Decreto de El Rey de Portugal de 3 de setembro de 1759.



inovação para a educação da Mocidade. Apesar de que algo próximo ser percebido na obra de Proença, as *Cartas para educação da mocidade* deram uma relevância extrema à justificativa histórica dada por Ribeiro Sanches acerca da conjuntura reformista vivida em Portugal no período em questão.

Ao analisar a educação propriamente dita, Ribeiro Sanches identifica e critica essa conjuntura em que mesma se encontrava, afirmando categoricamente que os problemas existiam sim e estavam presentes na estrutura de formação e educação portuguesa desde o Reinado de D. João III.

Objeto que devia ter a educação da mocidade portuguesa no tempo de El-Rei D. João III, e parece que ainda hoje [não tem]. (...) porque nenhuma lei nem educação da mocidade havia para se empregar nesse tempo de descanso. Esta foi a causa porque nestes tempos chegaram aos vícios ao cume de toda a perversidade. A nobreza rica era soberba, ociosa, e por consequência sepultada nos vícios de toda dissolução, do jogo, de comidas e riquezas, cometiam mil extorsões, arruinando deste modo aquela regularidade que deve haver nos portos de comercio. (...) Todas as ordenações deviam ser reformadas: suprimir alguns tribunais que então existiam e, em seu lugar, erigir outros para estabelecer e conservar ou pôr em execução as novas leis que deviam decretar-se para estabelecer a agricultura, o comercio e a educação da mocidade proporcional àquelas leis.<sup>171</sup>

Para Sanches o problema da educação era reflexo da política que deveria ser reformada para adequar-se a conjuntura vivida. Essa adequação só ocorreria a partir da mudança das leis e dos costumes nobiliárquicos que eram nocivos para Portugal. Interessante perceber que apesar da nova roupagem política perceptível na linguagem e no discurso de Ribeiro Sanches, a educação, estava ligada aos costumes, ideia antiga defendida pelas mesmas classes mantenedoras do *status quo* criticadas por ele. Proença também apresenta essa característica ao entender a educação como algo inerente a formação dos filhos, Verney o faz ao aproximar educação e ensino e entender que esse como criação e formação de bons costumes, da mesma forma que Ribeiro Sanches ao afirmar que:

Faltava um tribunal também que tivesse o seu cuidado a educação da mocidade e a **correção dos costumes**: cousa na verdade desconhecida na legislação dos reinos católicos, porque os eclesiásticos tinham tomado a sua conta estas incumbências<sup>172</sup>. **[grifo nosso]**

<sup>171</sup> SANCHES, 1760, p.116 – 123.

<sup>172</sup> SANCHES, 1760, p. 124

Em todos os três intelectuais, percebe-se a utilização de uma linguagem ligada ao significado de educação que só aparecerá nos dicionários do final do século XVIII e início do XIX, “Criação com ensino de Doutrina e bons costumes”<sup>173</sup>. Mas ao mesmo tempo em que isso ocorre outros conceitos que possuem significados próximos e relacionados à educação, como, escola, percebe-se algo diferente. Para Proença em diversos trechos, escola, é algo que se acredite e participe por experiência e aplicação de estudos via método onde “os meninos aprendem ler, escrever e contar”<sup>174</sup>. Já em Ribeiro Sanches, a escola aparece na linguagem por ele utilizada como responsável pela formação dos costumes, “como a casa onde se ensina os conhecimentos e costumes”<sup>175</sup>.

Já vimos acima, senhor ilustríssimo, a que se reduz a ciência com que saímos das escolas, e que toda se reduzia a sentenciar um matador ou ladrão, ou meter posse cada um no seu bem. Agora veremos que já do tempo del-Rei D. João III necessitava um reino de outra sorte de educação, e necessitará sempre<sup>176</sup>.

O que se percebe na linguagem utilizada por Ribeiro Sanches é o mesmo jogo de conceitos percebido nas obras dos intelectuais da primeira fase da ilustração portuguesa analisada nos capítulos anteriores. Até mesmo o embate entre o antigo e sugestão de práticas modernas. O que poderá ser destacar como sendo diferenciado são: a linguagem mais voltada para o político e a ideia mais explícita de uma educação voltada para o Estado. Inclusive o próprio autor se coloca como diferente daqueles que escreveram e publicaram suas ideias antes dele:

Não tratarei aqui daquela educação particular que cada pai deve dar a seus filhos, nem daquela que ordinariamente tem a mocidade nas escolas. Seria supérfluo este trabalho à vista perfeito livro que compôs aquele Varro português Martinho de Pina e Proença, intitulado Apontamentos para educação de um menino nobre e de vários autores que trataram da educação nas escolas<sup>177</sup>.

O próprio Ribeiro Sanches faz questão de deixar claro que o conceito de educação utilizado por ele era diferente do que até então estava em voga nas discussões sobre o assunto. Apesar de ter a intenção e acreditar estar fazendo algo diferente, estava, no

---

<sup>173</sup> PINTO, 1832, n.p.

<sup>174</sup> BLUTEAU, 1728, n.p.

<sup>175</sup> PINTO, 1832, n.p.

<sup>176</sup> SANCHES, 1760, p. 124.

<sup>177</sup> SANCHES, 1760, p. 125.

entanto, utilizando apenas uma nova roupagem para defender as mesmas ideias, não que isso o descaracterizasse como pertencente a uma nova fase e nova geração de ilustrados portugueses.

O meu intento é propor tal ensino a toda mocidade dos dilatados domínios de Sua majestade, que no tempo do descanso lhe seja útil, e a sua pátria: propondo **virtude**, a paz e a boa fé por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis cristãs<sup>178</sup>. [**grifo nosso**]

No trecho acima isso é ainda mais evidente, pois da mesma forma, Proença e Verney, colocam a virtude e a moral cristã como objetivo final da educação e do ensino<sup>179</sup>. Apesar de apresentar uma nova linguagem, defendia as mesmas ideias, ou seja, era um pouco mais do mesmo ideal ilustrado português apresentado sob a roupagem de uma nova linguagem, muito conveniente às Reformas pombalinas que almejava a mesma coisa, vestir uma roupagem de modernização no projeto de manutenção do *status quo* nobiliárquico, inerente ao governo despótico esclarecido que estava em curso direcionado, a rédeas curtas, por Pombal, homem de confiança de D. José I.

### 3.3 –Vão-se os anéis, ficam-se os dedos...

Os jesuítas e a Coroa portuguesa historicamente sempre foram grandes aliados e juntos defendiam com sucesso um Império Ultramarino, pelo menos assim o foi desde o século XVI até a crise portuguesa do século XVIII, período de surgimento dos ideais iluministas na Europa, com movimentos que atacavam o *status quo* aristocrático e defendiam práticas modernas mais voltadas para os interesses burgueses.

A referida tendência atingiu também o campo das ideias e especificamente que em Portugal, os Jesuítas eram responsáveis por elas, afinal controlavam desde o ensino das primeiras letras até a Universidade de Coimbra. Como já discutido no capítulo primeiro desse trabalho, eles também estavam se modernizando, no entanto, apesar de

---

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Proença inclusive afirma isso de maneira explícita como já destacado no capítulo 2 deste trabalho quando apontamos para a afirmação e a ideia do referido autor que defende a ideia de uma educação para formação das virtudes como encontramos em diversos trechos do prólogo de sua obra

seguirem a tendência ilustrada católica, o jansenismo jesuítico<sup>180</sup> agarrou-se nas premissas supra nacionalistas papais, abalando a aliança com a coroa portuguesa que optou por passar pelo referido momento de mudança aproximando-se da tendência despótica esclarecida, fortalecendo a coroa que passaria a direcionar e filtrar as ideias e as práticas modernas de acordo com seus interesses.

Pombal e D. José I utilizaram-se das ideias dos intelectuais, que em meio ao embate entre antigos e modernos, estavam criticando os Jesuítas e as práticas antigas, sem abrir mão por completo do ideário político com fortes traços religiosos, formando especificamente, uma vertente de Ilustração católica portuguesa, por assim dizer, que em uma segunda fase, concomitante com as Reformas pombalinas em curso na segunda metade do século XVIII, passou a utilizar uma linguagem muito mais política compatível com as ideias e intenções dos referidos déspotas esclarecidos.

Ribeiro Sanches, um dos grandes nomes da conjuntura, discutia a educação e ensino como ferramenta para reformulação das práticas políticas portuguesas, oferecendo junto com as obras de Verney e Proença, ferramentas para que fossem afastados das esferas de poder aqueles que ameaçavam o projeto arcaizante moderno português, os jesuítas. Com isso, foi possível modernizar e ao mesmo tempo atribuir culpa a outrem e programar ações com roupagem moderna, mas que fosse capaz de manter os interesses nobiliárquicos. Na obra, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Ribeiro Sanches evidencia sua tendência a defender uma prática na educação que fosse compatível com o exposto:

Nunca me sairá do pensamento formar um súdito obediente e diligente a cumprir as suas obrigações, e um cristão resignado a imitar sempre de modo que alcançamos aquelas imensas ações de bondade e misericórdia. A educação da mocidade não é mais que aquele hábito adquirido pela cultura e direção dos mestres, para obrar com facilidade e alegria ações úteis a si e ao Estado onde nasceu<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup>O jansenismo foi uma doutrina religiosa inspirada nas ideias dum bispo de Ypres, Cornelius Jansen. Defende uma interpretação das teorias de Santo Agostinho sobre a predestinação contra as teses tomistas do racionalismo aristotélico e do livre arbítrio. A natureza da graça divina e as suas relações com a liberdade humana é um tema que desde cedo entreteve muitos pensadores cristãos. Uma leitura extremada da posição de S. Agostinho, que exalta o primado da graça sobre o mérito humano, em contraposição aos pelagianos, que defendiam o oposto, influenciou em primeiro lugar os reformadores e teve um papel importante na gênese e no desenvolvimento do jansenismo.

<sup>181</sup> SANCHES, 1760, p. 125.

Para complementar a compatibilidade das ideias e práticas sugeridas pelo autor com as reformas implementadas pelo Estado português, ele afirma que apenas a educação não seria suficiente, pois seriam necessárias novas leis e ordenações que permitissem a superação dos velhos hábitos oriundos das antigas práticas educacionais, pelas novas por ele propostas. E o Estado português estava agindo exatamente desta forma, reformulava as práticas educacionais e as leis, a seu favor.

Mas para se cultivar o ânimo da mocidade, para adquirir a facilidade de obrar bem e com decência, não basta o bom exemplo dos pais, nem o ensino dos mestres: é necessário que no Estado existam tais leis que permeiem a quem for mais bem criado, e que castiguem a quem não quer ser útil nem a si e nem a pátria<sup>182</sup>.

O trecho destacado acima não somente justifica a compatibilidade das ideias de Sanches com as práticas despóticas esclarecidas de Pombal e D. José I, como também evidencia a existência do mesmo ideal defendendo a prática moderna nos campos da política e da educação, ao sugerir que fossem castigados aqueles que não seguissem tal tendência. O castigo era uma prática defendida pelos antigos, tão criticados, inclusive por este tipo de ação, nas obras ilustradas portuguesas. Proença o faz e de maneira muito sarcástica ao criticar os métodos jesuítas como já destacado no capítulo anterior deste trabalho; Verney o acompanha no prólogo de sua obra em diversos momentos.

Apesar disso, Sanches entende que a educação voltada para todos os súditos do Reino, inclusive os menos abastados, o que o aproxima muito do ideal iluminista europeu, demonstrando desta forma, mais uma vez, algo que se assemelha a um verdadeiro ecletismo ilustrado português<sup>183</sup>. Pois como poderá ser percebido nos trechos em destaque, ele crê e defende a ideia de que a educação por ser uma via de mudança permitiria uma maior possibilidade de mobilidade social, ao mesmo tempo, utiliza isso, como argumento para que não se forneça estudo a essas classes, mais uma vez indo ao encontro das ideias mantenedoras do *status quo* arcaizante português.

Logo me perguntarão se toda mocidade do reino deve ser educada por

---

<sup>182</sup> Idem, p. 126.

<sup>183</sup> Essa denominação inspirada na adjetivação do Iluminismo ibérico atribuída por Richard Morse em sua obra espelho de prospero.

mestres, se o Estado há de contar entre esta mocidade o filho do pastor, do jornaleiro, do carreteiro, do criado, do escravo e do pescador? Convém-se que nas aldeias e lugares de vinte ou trinta fogos haja escola de ler e escrever, tenham escolas públicas ou particulares de graça ou por dinheiro, para ensinar a mocidade que pelo seu nascimento e suas poucas posses é obrigada a ganhar a vida pelo trabalho corporal? Com tanta miudeza me detenho nesta classe de súditos, porque observo nos autores tão pouca ponderação do seu estado; e é, portanto, donde depende o mais forte baluarte da república e o seu maior celeiro e armazém<sup>184</sup>.

Que filho de pastor quererá ter aquele ofício de seu pai, se à idade de doze anos soubesse ler e escrever? Que filhos de jornaleiros, de pescador, de tambor, e outros ofícios vis e mui penosos, sem os quais não pode subsistir a República, quererão ficar nos ofícios de seus pais, se souberem ganhar a vida em outro honrado e menos trabalhosa? (...) A poucos anos que nos Estados del-Rei de Sardenha se promulgou uma lei que todos os filhos dos lavradores fossem obrigados a ficarem no ofício de seus pais (...) lei que parece mal concebida, e que jamais terá execução, se os filhos dos lavradores desamparam as casas de seus pais é porque têm a esperança de ganharem sua vida com a sua indústria e inteligência, e já lhe não são necessárias as simples mãos para sustentar-se (...) e esta é a origem do porque os filhos dos lavradores fogem da casa de seus pais: o remédio seria abolir todas as escolas em semelhantes lugares. Queixam-se em França que depois de 130 anos se despovoam os campos, e que todos buscam as cidades ou se expatriam a buscar fortuna em outros climas: a causa é a infinidade de escolas de ler e escrever na mínima aldeia de dez ou doze casas<sup>185</sup>.

Sanches chega a afirmar que “nenhum reino necessita de maior rigor na supressão total do ânimo de ler e escrever”<sup>186</sup>, e sugere que deveria ser ordenado “que nenhuma aldeia, lugar ou vila onde não houvesse duzentos fogos não fosse permitido, a [educação] secular ou eclesiástica, ensinar por dinheiro ou de graça a ler ou a escrever”<sup>187</sup>. Outro traço marcante do referido ecletismo ilustrado português fica evidente quando complementa sua sugestão de práticas modernas que “nos domingos e dias de festa devia o pároco e o sacristão ensinar a doutrina cristã a estes meninos e com sua diligencia ficaria o menino instruído [apenas] na obrigação de cristão”<sup>188</sup>. O que Permite argumentar, com isso, a favor da recorrência da linguagem do ideário político religioso.

As ideias de Ribeiro Sanches iam além do ensinar, de ler e escrever. Para ele nas escolas deveria ensinar e formar os bons costumes citando inclusive David Hume e o

---

<sup>184</sup> SANCHES, 1760, p. 126.

<sup>185</sup> Idem, p. 128.

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Idem, p. 130.

Abade Saint-Pierre:

Queixa-se David Hume e o Abade Saint-Pierre que nas escolas se enchem os juízos da mocidade de muita instrução, e que nenhum caso fazem os mestres de formar costumes, nem de fazer o menino bom: todo o seu desvelo é que saibam muito, que recitem de memória laudas de prosa e outras tantas de versos. Seria tão necessário que os meninos que saem da escola ficassem tão bem instruídos na obrigação que têm, de serem homens de bem como na de cristão<sup>189</sup>.

Nesse ponto de sua obra, ele critica o velho método, assim como o fizeram Proença e Verney. Apesar de a linguagem utilizada apontar para uma interlocução com a política e os bons costumes tornando-se desta forma nova, apresenta a defesa de um ideal religioso cristão com o objetivo de manter a ordem do Estado, chegando até a propor a elaboração de um compêndio de formação de conduta na vida civil, como um catecismo:

Cada menino, naquele tempo, aprende o seu catecismo; seria necessário que, no mesmo tempo, aprendesse outro para saber as obrigações para que nasceu. Se houvesse um livrinho impresso em português por onde os meninos aprendessem a ler (e não por aqueles feitos de letra tabelioa), onde se incluíssem os princípios da vida civil de um modo tão claro, que fossem a doutrina compreendida por aquela idade mais a obrar conforme a razão do que a discorrer: parece-me que, se não saíssem dali com outro ensino, teriam aproveitado mais do que se aprendessem tudo aquilo que os pais desejam<sup>190</sup>.

A preocupação com a compatibilidade entre o comportamento e as leis é muito evidente na obra de Ribeiro Sanches, que chega a ser muito repetitivo e taxativo quanto a isso. Essa não é a única preocupação do autor, preocupa-se também com os princípios e a moral cristã, tornando desta forma clara a presença do ideário religioso em seu discurso.

As inovações do discurso estão voltadas para o político e o sentido das leis. No entanto, o traço religioso, o objetivo mantenedor do *status quo*, a conduta moral e ética cristã continuam os mesmos. Os traços das continuidades são marcantes de tal maneira que, ao tratar da questão da educação no reino, Ribeiro Sanches não se limitou a coroa e inferiu também sobre as colônias, mais especificamente, critica a liberdade e defende a ideia de que lá não deveriam ter escolas nem de primeiras letras.

---

<sup>189</sup> Idem, p. 133.

<sup>190</sup> Idem.

Cada colônia ou conquista é um parto de Portugal: porque na Índia, por exemplo, se institui uma Relação como a de Lisboa e com a mesma jurisdição e modo de processar; os mesmos corregedores e juizes dos órfãos; um arcebispo, com seu cabido composto de muitos cônegos para cantar, um porto ganhado com tanto sangue para comerciar; um tribunal do Santo Ofício. Em fim, um pequenino Portugal. Fundaram conventos, escolas de latim, teologia, filosofia. Lá mesmo tem vice-reis e governadores autoridade e jurisdição para dar cargos, honras e proeminências, e me parece que podem dar o grau de nobreza. E deste modo parece-me que Portugal, desde el-Rei D. Manuel, não faz mais que parir outros Reinos, e desfazer-se para cria-los e conservá-los<sup>191</sup>

Ao criticar a maneira como Portugal geria suas colônias, criticando inclusive a existência de ensino nas mesmas, Ribeiro Sanches expõe sua concepção ao afirmar categoricamente que:

1º-O único objetivo das colônias e das conquistas (falando como cidadão) deve ser a agricultura universal e o comercio, mas com tal precaução que a agricultura e o comercio do Reino não fique prejudicado; 2º - Somente os lavradores, os pescadores, os oficiais mecânicos, os professores das artes liberais, os mercadores deveriam ser os legítimos habitantes das colônias (...) deste modo não haveria morgados, bens eclesiásticos, nobreza herdada nem estabelecida com terras: pois as colônias deveriam ser consideradas em seu estado político como uma aldeia a respeito da capital. Nenhum governador, magistrado, nem eclesiástico com cargo de jurisdição poderia ser senhor de terras; 3º - que seria proibido ensinar língua latina, grego, filosofia a nenhum secular, mesmo ainda dentro dos conventos; que somente seriam permitidas as escolas de ler e de escrever, da arte de ensinar os livros de conta e razão, e tudo mais que se ensinasse nas escolas de ler e escrever estabelecidas no reino<sup>192</sup>.

Quanto à educação especificamente e a oportunidade de estudar, mais uma vez as continuidades das práticas antigas se confundem em meio às sugestões das novas práticas. Ribeiro Sanches trata do assunto afirmando que:

Seria indispensável ao Conselho da educação da Mocidade que todo aquele que quisesse aprender latim fosse obrigado a trazer uma certidão de *vita et moribus*, com outra semelhante de seus pais firmada pelo vereador mais velho ou juiz-de-fora, também pelo seu pároco, sem as quais certidões não seria permitido a ninguém de se matricular nestas escolas do reais. Acabados os estudos (...) uma atestação autentica (...) sem essa atestação nenhum estudante poderia ser matriculado na Universidade<sup>193</sup>.

Da mesma forma que certificações, leis, comissões, determinações são notoriamente traços de uma linguagem política e de um novo discurso, a ideia de que a educação deveria ser para poucos privilegiados também está presente, e é um traço marcante

<sup>191</sup> SANCHES, 1760, p. 139.

<sup>192</sup> Idem, p. 140.

<sup>193</sup> Idem, p. 145.



nas práticas antigas. Assim como a nova concepção de educação com objetivo mais utilitarista de servir ao Estado ser explícito na linguagem e discurso utilizado, existem intertextualidades que apontam para ordenações antigas que defendem privilégios às classes mantenedoras do *status quo*.

O princípio lógico que Ribeiro Sanches utiliza como base argumentativa a favor de sua concepção de ensino e escola do Estado é que o dinheiro investido assim como as permissões e concessões só poderiam ser utilizadas quando de fato fossem úteis ao Estado, chegando até a questionar os investimentos em educação sem a certeza de que o estudante poderá servir e ser útil ao Reino.

Para que estas escolas sejam permanentes, e que as despesas que com elas fizer o Estado sejam recompensadas com utilidade pública e glória da monarquia, deve-se considerar logo na sua fundação (...) um certo numero de estudantes, no numero de quinze a vinte, sustentados e mantidos à custa real, como filhos adotivos do Estado (...) deviam ser bem examinados na capacidade e no talento; e que se não aproveitassem, o que se veria por cada exame anual, seriam rejeitados, conforme instruções impressas, as quais cada um deles devia conformar-se<sup>194</sup>.

O que ficou atestado mediante análise e aplicação da ferramenta metodológica escolhida para esse trabalho, na obra de Ribeiro Sanches é que existem realmente indicativos de diferenciação de que ele faz parte de uma segunda geração de ilustrados. Geração essa que apresentou uma mudança muito mais efetiva no ideário político português, mas que da mesma forma que a anterior deu continuidade nos traços marcadamente religiosos.

Interessante perceber que as ideias de Ribeiro Sanches auxiliaram e serviram de base para as ações implantadas por Pombal, que afastou efetivamente os jesuítas das esferas de poder, diminuiu a influência religiosa diretamente no Estado, atribui uma preocupação política, apresentou uma linguagem e discurso mais legalista voltada para normatividade da lei e entendeu o processo de formação educacional da mocidade como algo que deveria atender aos interesses e expectativas do Estado.

---

<sup>194</sup> Idem, p. 146.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho pôde ser verificada e testada a hipótese de que em Portugal houve a recorrência de um movimento ilustrado católico específico que pudesse ser adjetivado genuinamente português. O que se concluiu é que a Ilustração católica defendida pelas ideias contidas nas obras de Martinho de Pina e Proença, Luiz Antônio Verney e Antônio Nunes Ribeiro Sanches têm suas próprias características, com todo o ecletismo e congruências entre o antigo e o moderno, mas, não podemos ainda afirmar de maneira contundente de que seria genuinamente portuguesa.

Para tal, teria que continuar nosso trabalho avaliando da mesma forma as escritos dos ilustrados católicos e jesuítas de outras regiões da Europa como Prússia, Espanha ou Itália, dentre outras nações. O trabalho até aqui realizado permite concluir que se tratando de Portugal houve dois momentos diferentes de ilustração que tinham os mesmos objetivos, porém com características distintas de Ilustração católica, como aventada no início desse trabalho.

O primeiro marcado pelos embates entre antigos e modernos, onde os intelectuais *in loco* puderam trazer toda a sua influência vivida no exterior, afinal eram estrangeirados, e propunham mudanças nas práticas educacionais portuguesas por acreditarem que eram não somente antigas como traziam malefícios para o reino.

Já o segundo momento, foi concomitante a expulsão dos jesuítas e às reformas pombalinas, quando além de ter criticado o método, propõem novas práticas, diferenciando-se do primeiro não somente por este fato, mas também pelo discurso utilizado, que como pudemos perceber no capítulo três, estava voltado para a política e as leis de Estado, já no primeiro momento, como analisado no capítulo segundo, apresentava intelectuais focados nas ideias acerca dos métodos e da educação e ensino propriamente dito.

A opção por escolher obras que falassem sobre educação, a despeito do que hipoteticamente acreditava serem momentos distintos da Ilustração católica recorrente em Portugal, foi muito útil para focar no objeto e conceito, “educação”, e perceber os avanços que estiveram em curso em Portugal no recorte estabelecido para essa pesquisa pontual.

O conceito de educação na primeira fase que se estendeu desde os finais do século XVII, no período das Conferências Eruditas, até 1759 quando ocorreu à expulsão dos jesuítas, estava ainda muito limitado a prática do ensino das línguas latinas, gregas, filosofia e gramática. Mas já apresentava algumas modificações ao sugerir que os métodos utilizados para prática do ensino não deveriam ser limitadas às escolas como observado nas obras de Proença e Verney.

Proença já percebia, por exemplo, que a alimentação, fatores externos e familiares influenciavam, e por isso, deveriam ter atenção no processo de formação do menino nobre. Ao mesmo tempo já começava a dialogar com intelectuais ingleses como Locke ou Hobbes citados diretamente quando pensava e propunha novas práticas no que entendia e deveria ser uma educação moderna.

Verney, apesar de se ater as críticas à gramática e ao método jesuítico, começava a conceber um ensino com manuais que fossem mais adaptados a realidade de quem iria estudar indo ao encontro do princípio da adaptabilidade defendida pelas correntes que discorriam sobre educação na Europa. Tanto em Verney como em Proença, estavam presentes as idas e vindas de conceitos que definiam a educação, a escola, o ensino, e os métodos, mais adequados que ora se aproximavam das práticas modernas, ora voltavam-se para o ensino tradicional, moral e profundamente cristão.

Sinal de um ecletismo ilustrado português? Muito provavelmente, pois nos três intelectuais estudados, independente de serem da primeira ou da segunda fase, era vista em Portugal no período em questão como carente de práticas que fossem voltadas e úteis diretamente ao Estado. Ribeiro Sanches, especificamente, no que tange a utilização do conceito “educação” e a linguagem presente em seu discurso, apresentou-se muito mais atrelado à relação desta com a política, oscilando ao longo de toda sua obra entre tê-la como reflexo da política ou como ferramenta para mudá-la, mas sempre a utilizando como foco nas discussões acerca do ensino.

Pode-se concluir a partir do exposto que o segundo momento foi o desdobramento prático do primeiro, onde a realidade impunha tornar tangíveis as modificações sugeridas e propostas de práticas modernas na educação, exigindo-se leis necessárias

que a viabilizassem. Isso justifica em certa medida a presença da linguagem e do discurso voltado para o político. Em outras palavras, o primeiro momento da Ilustração católica em Portugal foi responsável por discutir e fomentar querelas entre antigos e modernos em meio a um contexto no qual questionar e propor modernizações na educação era fundamental para se abrir o caminho para mudanças e reformas que seriam colocadas em curso na segunda metade do século XVIII.

Junto com a nova política de Estado despótica e esclarecida foram necessárias reformas na educação que após a expulsão dos jesuítas se tornaram cruciais. Foi em meio a isso que surgiu, neste segundo momento, as novas soluções para que fosse mantido o ideário político português, e ao mesmo tempo dar uma nova roupagem através de discursos que defendiam o moderno. Que, como foi constatado nesse trabalho, apesar de objetivar o novo, ainda estava atrelada ao antigo, a moral, a todos os costumes e a conduta ética cristã que eram inerentes à cultura política institucional portuguesa desde o século XIII.

Foram-se os anéis, mas ficaram-se os dedos. Pois os jesuítas foram expulsos e a Igreja foi afastada das esferas de poder do Estado, fora dado espaço a novos discursos, mas o ideário político continuou o mesmo. Afinal o Estado Reformado por D. José I sob a batuta do maestro Pombal, precisava manter o projeto arcaizante, pois as colônias ainda eram a oportunidade de manutenção dos privilégios e de toda opulência que o ouro das Minas Gerais e brilho do distrito diamantino proporcionavam.

Era necessária a formação de uma nova geração de estadistas, educada pelo e para o Estado, que acreditasse que fazia parte do novo e o defende-se com unhas e dentes, e desta forma garantindo a manutenção do *status quo* aristocrático e cristão. Para isso, a reforma pombalina na educação precisava e foi pautada em ideias despóticas e centralizadoras, mas com um discurso que apresentasse uma roupagem moderna, que fosse coerente com tudo que estava sendo proposto e significava ser moderno, e foi justamente isso que a Ilustração católica portuguesa significou. A renovação da aliança do Estado com a fidalguia portuguesa, que se tornava cada vez mais aburguesada, e com muito mais influência no Estado, pois com o afastamento dos jesuítas das esferas de poder, enxergavam a oportunidade de preencher as lacunas deixadas pelos

religiosos e o primeiro passo seria se qualificarem em meio ao sistema pombalino de ensino, que não foi tão conservador como gostaria e almejava Ribeiro Sanches, mas foi muito mais moderno do que Proença e Verney jamais imaginaram.

Conservadorismo moderno ou arcaísmo moderno? Como classificar o movimento ilustrado português? Talvez isso seja menos relevante, face aos problemas variados que este trabalho procurou enfrentar ao vislumbrar o século XVIII português, no qual as ideias iluminadas pululavam desde fins do século XVII e em que aparentemente as linguagens do ideário político se transformavam, e havendo todo um esforço intelectual que por meio de um ecletismo de ideias, tentando conciliar o velho e o novo, como sendo complementares e desta forma procurando romper com o paradigma de atrasado e alheio as novas ideias iluministas como até algum tempo atrás a historiografia afirmava. Enfim, ilustrar o reino português com as Luzes e sua interpretação do que seriam as práticas modernas com todo o projeto de manutenção de um *status* quo arcaizante. Talvez, isso tenha exigido muito mais intelectualmente do que simplesmente acompanhar as ideias que estavam sendo disseminadas majoritariamente pelo continente multifacetado de costumes e de culturas plurais.

Por fim, com base em dados obtidos nessa análise, podem-se concluir alguns pontos importantes para alcançar o objetivo proposto inicialmente, que era a comprovação da existência de múltiplos iluminismos e de múltiplas modernidades coexistindo em um único período, ao contrário do que se prega, da existência e permanência de um único iluminismo em uma era moderna.

No que concerne às múltiplas modernidades, ficou claro, no estudo do caso português, a existência dessas. Afinal, no país em questão, coexistia a modernidade da Renascença, que vinha se arrastando e se estendendo desde o século XIII – com suas características de expansão econômica, cultural e política – e que perduravam no referido em pleno século XVIII; e a modernidade epistemológica, marcada pelo renascimento da razão, das ciências e do pensamento político, essa sim, caracterizadora do século XVIII ou século das Luzes.

O caso português ainda se torna mais específico, se acompanharmos o conceito de

Gumbrecht, sobre as sobreposições de modernidades, pois, a coexistência das duas modernidades analisadas criou um caso ainda mais específico, o da modernidade ilustrada despótica católica.

Referindo-se a modernidade e despótica, o caso português, remete-nos à modernidade na Renascença, período de fortalecimento dos poderes da coroa, representado no recorte em questão pela centralização de poderes e atos nas mãos do Marques de Pombal, e da formação dos denominados Estados Nacionais. Período também marcado por forte expansão econômica, distanciamento das práticas do período feudal, e principalmente, pelo processo de alargamento do comércio e das riquezas acumuladas no processo de expansão marítima e constituição dos grandes impérios coloniais, tanto na América, como na Ásia e posteriormente na África.

Já na ideia de Ilustração observou-se, nesse ponto, a existência de múltiplos iluminismos. Em Portugal, o Iluminismo materializou-se em três vertentes: a primeira coordenada por Proença, que apontava a necessidade desse país se modernizar, investindo na equiparação de Portugal com a prática iluminista em voga na Europa, voltada para a expansão dos conhecimentos e, principalmente das virtudes, que para ele, esse acontecimento se daria por meio da renovação do ensino e dos métodos de educar.

A segunda corrente é guiada por Verney, que opta pela ideia de vida prática. Para esse, ao contrário do primeiro, a virtude não era o único meio de se atingir um fim, nesse caso a modernização. Para Verney deveria, também, haver uma renovação nos métodos educacionais, porém, esses novos métodos deveriam remeter a uma formação prática, ou seja, escolas que formassem novos súditos úteis ao reino e não investisse somente na intelectualidade.

E por fim a terceira vertente. Dirigida por Ribeiro Sanches, essa terceira via também se inclinou sobre a educação, no entanto, atingiu algo mais profundo. Além de não concordar com o método em questão, Sanches indica que para haver uma renovação no ensino português, dever-se-ia produzir uma nova legislação, mais laicizada para a mesma, afastando definitivamente o religioso dos assuntos do Estado.

E finalmente o pensamento católico. Tal fato deve-se a permanente presença dos religiosos na máquina burocrática do Estado português. Exemplo disso é que mesmo após a expulsão dos jesuítas após 1759, os cargos por eles ocupados e agora em vacância, começam a ser preenchidos paulatinamente por outros religiosos, agora beneditinos, franciscanos e principalmente oratorianos.

No caso português é importante ressaltar alguns pontos que sobressaltaram na análise. O primeiro ponto é que apesar de haver um discurso modernizante, o objetivo era não abolir *in totum* a manutenção do arcaizante. O segundo é que, mesmo concordando com a necessidade da renovação do método de ensino, os três principais teóricos da renovação iluminista portuguesa não abandonam a tradição católica marcadamente presente no ideário português. Um terceiro ponto é que, mesmo sendo consensual à necessidade de afastamento dos jesuítas das atividades laboriosas do Estado, pois para os teóricos eram esses os causadores do declínio do Estado português, em alguns momentos é possível assistir a exaltações aos mesmos. E por fim um quarto ponto. Mesmo utilizando palavras que não eram comumente tratadas e ligadas a um determinado conceito e se valendo da ideia de nova linguagem, o que os teóricos Verney, Proença e Sanches estavam fazendo era na verdade travestir de novo o que na verdade era o velho.

Pode-se então, com essas análises e pontos, responder as perguntas propostas anteriormente? Moderno conservador ou Antigo modernizado? É o caso português específico? Não está bem claro, afinal, como foi dito, seria necessária uma análise complementar de outros países notadamente católicos – Itália, França ou Espanha – para obter tal resposta. Mas o que ficou claro e comprovado é que além de existirem múltiplas modernidades e múltiplos iluminismos coexistindo, sobrepondo-se e quebrando com o paradigma rígido e monolítico de uma única modernidade e um único iluminismo, há também, dentro dessa mesma multiplicidade, casos específicos que realizaram um esforço hercúleo de realizar o novo sem abandonar o velho.



## **REFERÊNCIAS**

## **FONTES IMPRESSAS**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832.

PORTUGAL, Alvará Régio de 28 de junho de 1759.

PORTUGAL, Decreto de El Rey de Portugal de 3 de setembro de 1759.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. *Apontamentos para educação de hum menino nobre*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da academia Real, 1734.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1760.

SILVA, Antônio Moraes de. *Diccionário da língua portugêsa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol.

VERNEY, Antônio. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*. Valença: Oficina de Antônio Balle, 1746.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMADEO, Javier. Teoria Política: um balanço provisório. *Revista de Sociologia e Política*, Paraná, v. 19, n. 39, p. 17 – 34, 2011.

ABREU, Jean Luiz Neves & FONSECA, Rafael Lima. In: *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, n. 2, p. 5, 2012.

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. In: *Vertices*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramento; Brasília: INL, 1976.

BOTO, Carlota. O enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. *Revista História da Educação*, Maringá, v.2, n.4, p.107-117, 2012.

CARDOSO, Luis Miguel Oliveira de Barros. Luís Antônio Verney e o Verdadeiro Método de estudar: um pensamento inovador entre Portugal e Europa. In: *Revista Milenium*, Viseu, n.11, 1998.

CARVALHO, Flavio Rey de. *Um Iluminismo português?: a reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. São Paulo: Annablume, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave da leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p. 123 – 152, 2000.

CARVALHO, Rômulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do Regime Salazar-Caetano*. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbnekian, 2001.

Centro Virtual Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu2.html>. Acesso em: 17.02.2014

CIDADE, Hernani. *Ensaio sobre a crise cultural do século XVIII*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2005.

COSTA, Célio Juvenal; BORTOLOSSI Cíntia Mara Bogo; BORGES, Felipe Augusto Fernandes & OLIVEIRA, Natália Cristina. *Companhia de Jesus no século XVI: suas influências nos territórios português, indiano e brasileiro*. In: VI Congresso Internacional de História, Maringá, São Paulo, 2013.

COSTA, Emilia Viotti da. *A invenção do Iluminismo*. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp/CNPq, 1990.

DE JEAN, Joan. *Antigos e Modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle*; Trad. Zailda Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOMINGUES, Beatriz Helena. O Medieval e o Moderno na Colonização Ibérica. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 195 – 216, 1997.

DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tão longe tão perto: a Ibero América e a Europa Ilustrada*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro 1790 – 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOMES, Tiago de Melo. A força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº36, p.459, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. Belo Horizonte: Editora 34, 1998.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, nº 57, fevereiro de 2005.

JUNIOR, Eduardo Teixeira de Carvalho. A Ideia de atraso e o papel da educação na modernização português da segunda metade do século XVIII. In: *e-hum*, Belo Horizonte, n. 2, p. 29, 2012.

Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet: [http://www.infopedia.pt/\\$luis-antonio-verney](http://www.infopedia.pt/$luis-antonio-verney). Acesso em 30.03.2015.

- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984.
- MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do Iluminismo*. Tradução Antônio de Pádua Denesi. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MONCADA, Luis Cabral de. O século XVIII na legislação de Pombal. In: *Estudos de História do Direito*, v.1, p. 83-126, 1948.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *A consolidação da Dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais. (1668-1750)* In: *História de Portugal*. MATTOSO, José... [et al]; TENGARRINHA, José (Org). São Paulo: EDUSC/ UNESP; Portugal: Instituto camões, 2000.
- MORSE, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.
- NABAIS, João Maria. Ribeiro Sanches: um estrangeirado na Europa das luzes – 1699 – 1783. Disponível em: [http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro\\_sanches.html](http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.html). Acesso em: 29/01/2015.
- NABAIS, João Maria. Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783). Disponível em: [http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro\\_sanches.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.htm). Acesso em: 30.03.2015.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Educação das massas: uma “sombra” no século das Luzes*. Brasil v.500, 2001.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POCOCK, J. G. A. *Quentin Skinner: a história da política e a política da história*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p.197-198, 2012.

POCOCK, J. G. A. *Verbalizing a political act of speech*. In: *Political Theory*, vol.1, nº 1, Sage Publications Inc. 1973, p 27 – 45.

POCOCK, J.G. A. Languages and their implications: the transformation of the study of political thought. In: *Politics, Language and Time* 11, 1972.

POCOCK, J. G. A. *The varieties of British political thought: 1500- 1800*. Library of Congress Cataloguing in publication data, Washington DC, 1993.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

SARAIVA, A. J. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Educação e pesquisa. In: *Da Educação*, n. 3, p. 625, 2006.

SEYDAK, Sara. Apontamentos para à Educação de hum Menino Nobre, por Martinho de Mendonça Pina e Proença, 1784. Disponível em: [http://myneighborwellington.blogspot.com.br/2012\\_12\\_01\\_archive.html](http://myneighborwellington.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html). Acesso em: 30.03.2015.